



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS – DECAD



**O REUNI E A AMPLIAÇÃO RECENTE DO ENSINO SUPERIOR
PÚBLICO:
ELEMENTOS SOBRE O CASO UFOP**

ELIEZER DE OLIVEIRA ALVES JUNIOR

MARIANA – MG

2018

ELIEZER DE OLIVEIRA ALVES JUNIOR

**O REUNI E A AMPLIAÇÃO RECENTE DO ENSINO SUPERIOR
PÚBLICO:
ELEMENTOS SOBRE O CASO UFOP**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção de diploma de Bacharel em Administração da Universidade Federal de Ouro Preto.

Orientador: José Artur dos Santos Ferreira

MARIANA – MG

2018

A474r Alves Júnior, Eliezer de Oliveira.
O REUNI e a ampliação recente do ensino superior público [manuscrito]:
elementos sobre o caso UFOP / Eliezer de Oliveira Alves Júnior. - 2018.

58f.: il.: color; grafs; tabs; Quadro.

Orientador: Prof. Dr. José Artur dos Santos Ferreira.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências
Econômicas e Gerenciais.

1. Reforma universitária - Brasil - Teses. 2. Escolas públicas -
Ouro Preto (MG) - Teses. 3. Plano de Desenvolvimento da Educação
(Brasil) - Teses. 4. Universidade Federal de Ouro Preto - Teses. I.
Ferreira, José Artur dos Santos.
II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 378(815.1)

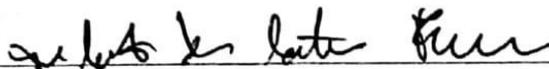
FICHA DE APROVAÇÃO

ELIEZER DE OLIVEIRA ALVES JÚNIOR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado junto ao Curso de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, como requisito à obtenção do Título de Bacharel.

Orientador: Professor DSc. José Artur dos Santos Ferreira

COMISSÃO EXAMINADORA



Professor DSc. José Artur dos Santos Ferreira

Orientador e Presidente da Banca



DSc. Adilson Pereira dos Santos
Membro Avaliador



Professora MSc. Jade Antunes Simões Magalhães
Membro Avaliador

Mariana, 18 de dezembro de 2018.

AGRADECIMENTOS

Tenho plena convicção de que eu não sou apenas um ser isolado, mas sim a construção conjunta daqueles que me rodeiam e com os quais tive o prazer de conviver. Dentre eles, alguns merecem um agradecimento especial pela contribuição importante na minha longa caminhada.

À minha mãe, pela força e confiança, assim como a paixão pelo ensino herdadas no sangue, um caminho sem volta. Ao meu pai, pelo carinho e pela paciência com que leva a vida, que servirão de inspiração pra sempre na minha carreira. Aos meus avós, pela sabedoria, gentileza, e generosidade, as quais deixaram marcas eternas na construção da minha personalidade e me tornaram o ser humano que sou hoje, em especial o meu avô Isaías (*in memoriam*), de quem apesar de ter convivido pouco tempo, herdei a veia musical e a eterna curiosidade. Aos meus irmãos, por serem todos os dias mais um motivo para ser uma pessoa melhor. A todos os tios e primos, pelo carinho e preocupação que têm comigo.

Não posso deixar de prestar meus agradecimentos à eterna República Galinheiro, por se tornar a minha segunda família e me dar mais um lugar para chamar de lar. À minha companheira Bruna, por me pôr no eixo, por me fazer sonhar e por me completar e aos meus grandes amigos de Mariana e de Riacho de Santana, em especial a turma do PNG e o QG.

Por último, mas não menos importante, ao meu orientador José Artur, pela enorme inspiração como profissional e particularmente como pessoa, e por ter me ajudado a não “deixar a peteca cair”. Sem vocês nada disso teria acontecido, e por isso eu nunca conseguiria agradecê-los o suficiente por tudo que aprendi nos últimos anos, pelos momentos vividos e por me acompanharem até aqui.

RESUMO

O ensino superior brasileiro passou por várias fases distintas desde a sua fundação, mas a inclusão social nunca esteve em seu foco até o começo dos anos 2000. Com a chegada do governo Lula, uma nova reforma foi proposta, com foco em aumentar o número de universidades e melhorar as condições de acesso da população menos favorecida. Dentre as medidas, merecem destaque a criação, no ensino superior público, de cotas para egressos do ensino médio público para minorias diversas, e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). O objetivo deste estudo é analisar o impacto da adesão da UFOP ao programa REUNI através de um estudo qualitativo, recorrendo também a elementos quantitativos para subsidiar melhor a análise. Com os resultados encontrados, podemos perceber que, apesar das previsões pessimistas de alguns autores para as universidades federais como um todo, a UFOP teve um saldo positivo, mudando inclusive o seu porte e transitando de universidade especializada em algumas áreas para uma universidade média e diversificada. No entanto, apesar do saldo, algumas das metas pactuadas pelo REUNI se mostraram inalcançáveis ao longo do processo não apenas para a UFOP, mas para todas as universidades do Brasil.

Palavras-chave: Reforma Universitária; Ensino Superior Público; REUNI; UFOP.

ABSTRACT

Brazilian higher education has undergone several distinct phases since its foundation, but social inclusion has never been in focus until the beginning of the 2000s. With the arrival of the Lula government, a new reform was proposed, with a focus on increasing the number of universities and improve access conditions for the underprivileged population. Among the measures, mention should be made of the creation of quotas for public high school graduates and diverse minorities, and the Program to Support Federal University Restructuring and Expansion Plans (REUNI). The objective of this study is to analyze the impact of UFOP's adherence to the REUNI program through a qualitative study, also using quantitative elements to better support the analysis. With the results found, we can see that despite the pessimistic forecasts, UFOP has a positive balance, even changing its size, from a kind of 'technology university', specialized in some areas, to a 'multi-field university'. However, despite the balance, the goals agreed by REUNI proved to be unreachable throughout the process, not only for UFOP, but for all universities in Brazil.

Key-words: University Restructuring; Higher Public Education; REUNI; UFOP.

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.	8
2- OBJETIVOS.	10
2.a- Objetivo geral.	10
2.b- Objetivos específicos.	10
3- A EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.	10
4- PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS –REUNI.	15
5- METODOLOGIA.	17
5.a- Delineamento.	17
5.b- Coleta de dados.	18
5.c- Análise dos dados coletados.	18
6- O REUNI NA UFOP – A PROMESSA.	18
7- COMPARAÇÃO ENTRE AS METAS E RESULTADOS POSTERIORES À IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA REUNI NA UFOP – A ENTREGA.	22
8- CONSIDERAÇÕES FINAIS.	34
9- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.	38
ANEXO A.	42
ANEXO B.	43
ANEXO C.	44
ANEXO D.	45
ANEXO E.	46
ANEXO F.	47
ANEXO G.	48
ANEXO H.	50
ANEXO I.	51
ANEXO J.	52
ANEXO K.	54
ANEXO L.	55
ANEXO M.	55

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

3.1 - TOTAL DE IES NO BRASIL.	13
7.1 - EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO OFERTADOS NA UFOP.	24
7.2 - NOTA MÉDIA NA CAPES DOS CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO OFERECIDOS NA UFOP.	25
7.3 - NÚMERO DE BOLSAS DISPONIBILIZADAS PELA UFOP DE 2008 A 2017 POR MODALIDADE.	27
7.4 - RAZÃO DE REFEIÇÕES POR DISCENTE E POR DISCENTE COM BOLSA ALIMENTAÇÃO.	27
7.5 - PERCENTUAL DE DISCENTES EM MORADIAS INSTITUCIONAIS.	29
7.6 - RAZÃO DE MATRÍCULAS NA GRADUAÇÃO PRESENCIAL POR DOCENTE.	30
7.7 - RAZÃO DE MATRÍCULAS NA GRADUAÇÃO PRESENCIAL POR TAE.	31
7.8 - RAZÃO DE CONCLUINTES POR INGRESSANTE NA GRADUAÇÃO PRESENCIAL.	32
7.9 - RAZÃO DE GASTOS REAIS TOTAIS POR ALUNO NA UFOP.	33
7.10 - RAZÃO DE GASTOS REAIS, TOTAIS E POR GRUPOS, POR ALUNO NA UFOP.	34
7.11 - RAZÃO DE GASTOS REAIS TOTAIS POR ALUNO NA UFOP E NO BRASIL.	34

1. INTRODUÇÃO

A evolução histórica da educação superior brasileira sempre esteve acompanhada de situações que perpetuavam a segregação no ensino, de modo que apenas uma pequena parcela da população obtinha matrícula nos cursos de graduação. Na tentativa de alterar este quadro, foi instituída uma série de iniciativas de políticas públicas na perspectiva da democratização do ensino superior, dentre elas o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a partir do decreto nº 6.096 de 2007, cujos principais propósitos foram a criação de condições para a ampliação do acesso e da permanência na educação superior, o aumento da qualidade dos cursos e o melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos das Instituições Federais de Ensino Superior, IFES (LUGÃO, 2011).

Fixada a meta global de elevação da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% e de elevação da relação aluno/docente para 18 alunos de graduação por docente em cursos presenciais ao final dos cinco anos de execução do programa de expansão, as IFES (Instituições Federais de Ensino Superior), dado o curto espaço de tempo para a elaboração do plano de adesão, ingressaram numa corrida contra o tempo para ter acesso aos recursos. Adicionalmente, encontraram, a partir de 2014, novos desafios, quando o cenário se modificou devido ao contingenciamento da execução orçamentária e à redução do financiamento, que atingiu toda a estrutura acadêmica (LUGÃO; ABRANTES; BRUNOZI JÚNIOR, 2015).

Fazendo um balanço do período, Lugão, Abrantes & Brunozi Júnior (2015) apontam fatores que comprometeriam o oferecimento de um ensino de qualidade. A nova realidade institucional tornaria necessária uma política para o ensino superior que promovesse uma ‘revolução’ administrativa, através da gestão racional dos recursos e da utilização da capacidade ociosa, o que requereria uma “efetiva autonomia” das IFES, condicionada pelas verbas recebidas e atrelada à avaliação de desempenho.

A elaboração de um plano tão ambicioso num breve espaço de tempo e submetido ao crivo de indicadores numéricos de acompanhamento do cumprimento das metas estabelecidas iria comprometer a eficácia do programa segundo Léda & Mancebo (2009). Desta forma, percebem-se as dificuldades de execução do REUNI, em um cenário onde metas numéricas estariam em primeiro plano e a qualidade do aprendizado em segundo plano, indo contra a principal meta almejada: o fornecimento do ensino superior de qualidade.

Não obstante, a Universidade Federal de Ouro Preto optou por aderir ao programa de expansão sem muitos questionamentos agudos neste sentido, a despeito da resistência que se viu em outras universidades, a luz da preocupação com eventual sucateamento das mesmas (LUGÃO, 2011). A ideia de novos recursos em troca da expansão tornou-se atrativa para que a instituição aceitasse o desafio da elaboração de um plano de desenvolvimento institucional (PDI) direcionado ao programa REUNI, aprovado e submetido ao Conselho Universitário no mês de dezembro de 2007. O PDI da UFOP foi, então, elaborado em apenas quatro meses, o que pode ser considerado um curto espaço de tempo para a elaboração de um planejamento para os próximos cinco anos de gestão e expansão, que acomodasse todas as demandas apresentadas e que representasse a oportunidade de consolidação de uma série de projetos pedagógicos por viabilizar.

A questão do PDI não seria trivial, mas, antes, de vital importância para o desenvolvimento de capacidades estratégicas e de planejamento das IFES, acompanhadas de boa gestão e financiamento adequados da educação superior. Assim, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) foi adotado como ferramenta de gestão pela maioria das IFES (LUGÃO; ABRANTES; BRUNOZI JÚNIOR, 2015). Ademais, atualmente, o PDI é exigido pelo MEC para o credenciamento e recredenciamento de cursos, conjuntamente com a avaliação dos mesmos de acordo com as normas do Sistema Nacional de Educação Superior (SINAES). Porém, segundo os autores, em diversos casos o plano é elaborado a fim de cumprir uma função puramente burocrática, desconsiderando-o como uma importante ferramenta de gestão e direcionamento das ações futuras da organização (CANDIDO & BARBOSA, 2017). Por outro lado, segundo os mesmos autores, algumas instituições de ensino já executavam suas próprias iniciativas de planejamento anteriormente à obrigatoriedade de elaboração do PDI (CANDIDO & BARBOSA, 2017).

Mizael et al. (2013) destacam que a elaboração do PDI deve ser feita de forma livre e participativa, valorizando a liberdade e a criatividade da instituição em sua construção. No entanto, seria obrigatória a presença dos eixos: Perfil Institucional, Gestão Institucional, Políticas de Extensão e Pesquisa, Organização Acadêmica, Infraestrutura, Aspectos Financeiros e Orçamentários, e Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional. Desta forma, seria apresentada a situação atual e os referenciais que delineariam o desenvolvimento da instituição nos cinco anos seguintes.

A histórica dificuldade de acesso de amplos segmentos da população ao ensino superior brasileiro, as limitações quanto à obtenção de novos recursos para as instituições de ensino, o

lançamento do programa REUNI, a adesão da Universidade Federal de Ouro Preto ao programa de expansão e o papel do PDI no processo de gestão das instituições federais de ensino superior, estimularam a realização do presente estudo. Tivemos também o intuito de compreender os desafios encontrados pela UFOP na implantação do programa REUNI diante das metas acordadas, que, ao mesmo tempo, deveriam atender as diretrizes exigidas pelo MEC, respeitar as especificidades locais e da própria UFOP e procurar manter a qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

2. OBJETIVOS

a. Objetivo geral

No intuito de responder o problema do atual estudo, torna-se necessário o delineamento do objetivo geral, sendo este: descobrir quais seriam as evidências da ampliação do acesso ao ensino superior na UFOP após a conclusão do plano de adesão ao programa de expansão REUNI, bem como quais seriam algumas das principais mudanças quantitativas e qualitativas que a Instituição promoveu graças a esse programa.

b. Objetivos Específicos

Os objetivos específicos que nortearão o estudo para o alcance do objetivo geral são:

- Observar os desafios encontrados pelas Instituições Federais de Ensino para a oferta de ensino superior;
- Detectar as características do plano de adesão ao programa elaborado pela Universidade Federal de Ouro Preto; e
- Analisar os resultados alcançados após os cinco anos de execução do plano, considerando indicadores que mensurem a ampliação do acesso e deem uma certa ideia da eficiência do gasto (ou do aumento do rendimento na formação de recursos humanos).

3. A EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Milanesi (1998) agrupa o decorrer histórico do ensino superior brasileiro em cinco períodos: (I) o Brasil Colônia -1549 a 1808; (II) o Império - 1808 a 1889; (III) a Primeira

República (conhecida na historiografia como República Velha) - 1889 a 1930; (IV) a Era Vargas - 1930 a 1945 e (V) o Estado Militar¹ - 1964 a 1985.

Conforme é indicado pelo autor (ibid., p. 51), no início do Brasil Colônia, as práticas de ensino eram desenvolvidas pela Companhia de Jesus e se dividiam em duas categorias. A primeira, chamada de ensino de estudos menores, era direcionada ao desenvolvimento das primeiras letras e destinada aos índios e colonos. A segunda categoria, chamada de estudos superiores, era voltada à formação de novos padres e das elites governantes, sendo esta equivalente ao ensino universitário. Ofertados pelos jesuítas, os estudos superiores eram inspirados nas ideias dos educadores renascentistas, com cursos de Humanidades, com dois anos de duração, Artes, no período de três anos, e Teologia, em quatro anos, que conferiam o título de doutor na época (ibid., p. 52).

Posteriormente, conforme abordado por Milanesi (ibid., p. 53), a Companhia de Jesus é expulsa do Brasil, dando fim à hegemonia da Igreja Católica e implantando uma proposta de *secularização do ensino*, influenciada pelo Iluminismo. O ensino passa a focar na ciência empírica, com um currículo voltado para a resolução de problemas práticos e utilitários, com o alicerce mais voltado ao comércio, ciências humanas e naturais, física e matemática.

Nota-se, a partir da análise do autor, que os cursos superiores, nesse primeiro período, se voltavam para a formação das elites, perpetuando o eurocentrismo e seu poder, além da influência católica no ensino, posteriormente trocada pela influência iluminista.

Já no segundo período, a Família Real, chegando no Brasil, traz consigo todo um “aparato de Estado” (ibid., p. 53), fazendo-se necessário todo um conjunto de serviços e postos de trabalho de natureza administrativa. De imediato percebe-se uma carência de pessoas aptas a executar determinados trabalhos burocráticos e, a partir desta necessidade, conforme aponta o autor, foram implantados os estabelecimentos militares, os cursos de nível superior de Medicina e Cirurgia, Matemática, Engenharia Militar, Engenharia Civil, Agronomia, Química, Desenho Técnico, Economia Política, Arquitetura, Direito, História e Música. Em seguida, ainda no Império, a partir da Independência do Brasil, o ensino é separado nos setores “estatal secular com normas do Estado e o particular, religioso e secular com funcionamento *laissez-faire*” (ibid., p.55). Como observado, os cursos visavam a resolução de problemas práticos de construção bélica e de armas, além do foco na expansão da cultura de plantio do café e na criação de bens simbólicos, através das artes; sendo o Estado o órgão responsável pela “autorização para o funcionamento dos cursos e controle dos

¹ O período é mais conhecido como Ditadura Militar, Ditadura Civil-Militar ou Regime Militar.

títulos” (ibid., p.55) em todos os âmbitos do ensino superior. O autor destaca que, neste período, “foram criadas as aulas preparatórias e sequencialmente os exames”, tendo sofrido diversas alterações, mas mantendo características excludentes devido a seus critérios de seleção.

Na República Velha, o terceiro período, surgem escolas superiores particulares e observa-se, inicialmente, certa facilidade no acesso ao ensino superior, que rapidamente foi contida através da introdução dos exames vestibulares², presente até os dias atuais. O período é caracterizado por diversas reformas, favorecendo as classes médias, a criação de novos cursos superiores, a criação dos exames vestibulares, conforme dito anteriormente, e a criação do Departamento Nacional de Ensino, este ligado diretamente ao Presidente da República (MILANESI, 1998, p.56). O autor aponta o evidente controle ideológico do Estado, através das reformas que favoreciam as classes médias e marcavam a exclusão das classes populares nas políticas de ensino superior.

A Era Vargas, tido como quarto período, promoveu a reforma no ensino superior que, ainda que marcada por uma forte centralização, dava abertura à expansão das universidades brasileiras, algo muito significativo considerando-se que até aquele momento apenas uma Universidade havia sido criada (MILANESI, 1998 p. 59). O autor pontua que o Estado teve presença como gestor da educação, mas pouca coisa foi alterada no panorama do ensino superior.

No último período classificado pelo autor, o Regime Militar, a construção do currículo torna-se direcionada ao mercado de trabalho e a formação de professores, uma resposta à demanda do mercado e não à construção de uma visão crítica. Prioriza-se a fragmentação dos cursos, através do isolamento das matérias, da ênfase no individualismo e da competição como critérios para o avanço na carreira profissional.

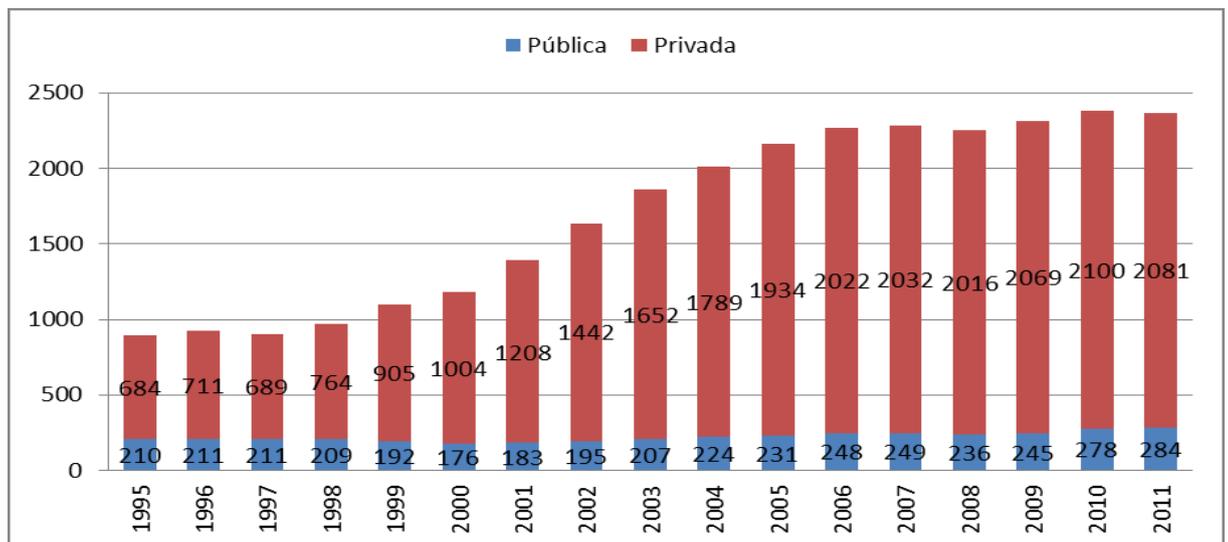
É possível afirmar que a educação superior no Brasil possui mais alguns períodos, não tipificados por Milanesi devido à época em que seus estudos foram executados, mas que poderiam ser inferidos de acordo com Saviani (2018) e agrupados em: uma fase inicial do período da chamada redemocratização (denominado por alguns de Nova República), compreendido entre 1985 a 2003; uma segunda fase da ‘Nova República’ de 2004 a 2015, que corresponde aos governos Lula e Dilma Roussef, no âmbito da qual se gesta e se implementa

²**Segundo o examinador Adilson Pereira dos Santos**, citando SANTOS, Cássio Miranda dos. (1998). “O acesso ao ensino Superior no Brasil: a questão da elitização”. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro, 6(19):237-257, **a introdução dos exames vestibulares será um marco na confirmação do caráter elitista do ensino superior.**

o REUNI, e o período mais recente, a partir do golpe parlamentar que depôs Dilma Rouseff (2016), empregando artifícios que caracterizassem um impeachment (SAVIANI, 2018).

Na primeira fase da “Nova República”, após um período inicial de grande mobilização popular em defesa do ensino e da saúde públicas e gratuitas, que tem seu ápice na Assembleia Constituinte de 1988, as políticas neoliberais, progressivamente, tornaram-se mais fortes e tiveram como elementos marcantes o processo de “empresariamento da educação superior”, as tentativas do governo FERNANDO HENRIQUE de reestruturação das instituições federais de ensino (SAVIANI, 2018) e as investidas dos projetos propostos para a América Latina por organismos internacionais em sintonia com o capital financeiro (BORGES & AQUINO, 2012). Se Almeida (2012) afirma que o “principal marco do “novo” ensino superior nacional, é trazido pela Constituição de 1988”, Borges & Aquino (ibid., p. 120) consideram que a reforma no sistema de educação superior ocorre em paralelo à reforma do Estado, sendo os princípios neoliberais os reguladores da política de educação no país. Entre as principais alterações na educação na década de noventa temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), sancionada em 1996, e o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001, que serviram de base para as mudanças implantadas, como a distinção entre as Instituições de Ensino públicas e privadas (ibid., p.124). Pode-se observar que, denegando a necessidade de expansão do ensino superior, o PNE já acusava sua necessidade devido o aumento da demanda de vagas, ao afirmar que essa deveria ser planejada “com qualidade, evitando-se o fácil caminho da massificação” (BRASIL, 2001, p. 36).

Gráfico 3.1 - Total de IES no Brasil



Fonte: DE LIMA e CASTRO, 2016, p. 34

Aquelas medidas repercutiram sobre a relação entre as instituições públicas e privadas de ensino superior. A título de exemplo, ao se analisar os dados fornecidos pelo INEP, nota-se um crescimento de mais de 67% no número de IES privadas de 2001 a 2006, enquanto que, no mesmo período as públicas cresceram apenas 35% (Gráfico 3.1).

É durante o período dos Governos Lula-Dilma que se confirma o insucesso do primeiro Plano Nacional de Educação, tornando necessária a proposta de uma nova reforma universitária marcada, primordialmente, pela a ampliação do número de Instituições Federais de Ensino Superior, IFES, e pela adesão ao sistema de cotas e subcotas para estudantes egressos do ensino médio público e para minorias diversas (ALMEIDA, 2012). Um novo conjunto de leis e diretrizes constrói a nova estrutura legal, a fim de “superar os desafios e corrigir as limitações” das IFES (BORGES & AQUINO, 2012, p.128). Dentro desta nova gama de instrumentos legais, tem-se em especial o decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o REUNI. Este “traz como metas a duplicação das vagas ofertadas pelas IFES e a garantia de permanência dos alunos nos seus cursos” (ALMEIDA, op. cit., p. 14). Conforme Borges & Aquino destacam (op. cit., p. 132), como um programa de reforma do ensino superior público, o REUNI associa a garantia de financiamento para aqueles que o adotarem ao cumprimento de um conjunto de metas previamente acordado. Por fim, não há distanciamento histórico para analisar os impactos do terceiro período, a partir de 2016, sobre a educação superior, mas o processo de expansão das IFES foi interrompido e fala-se, inclusive, em privatização do ensino superior com a cobrança de mensalidades nas universidades públicas.

Isto posto, surge a necessidade de uma explicação detalhada acerca do programa REUNI, suas diretrizes e limitações para que se entenda seu papel como fator gerador do planejamento orçamentário e desenvolvimento das IFES brasileiras, colocando em prática tal explicação no tópico seguinte.

4. PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS - REUNI

Como política pública de expansão, o programa REUNI foi formalizado pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, acompanhado de outros decretos e normas que compõem o Plano de Desenvolvimento da Educação. Objetivou “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007).

As dimensões do programa abrangem a ampliação da oferta de educação superior pública, a reestruturação acadêmico-curricular; a renovação pedagógica da educação superior; a mobilidade intrainstitucional e interinstitucional; o compromisso social das instituições de ensino e o suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação, visando absorver a demanda existente no país. Para Léda & Mancebo (2009), o decreto é um “convite à reestruturação e expansão, com um apelo sedutor”, uma vez que é “condicionado ao atendimento das propostas à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação”. É evidente a preocupação das autoras acerca do repasse dos recursos disponíveis e suas condicionalidades, a saber o cumprimento das metas determinadas pelo decreto, sintetizadas anteriormente.

Nota-se que as medidas adotadas pelo REUNI buscavam alcançar sua principal meta, a retomada do crescimento do ensino superior público, e, no mesmo ano da publicação do decreto, 53 universidades federais das 54 existentes aderiram ao programa, comprometendo-se a atender as exigências determinadas pelo plano (ROBERTO, op. cit., p. 302). O decreto nº 6.096 (BRASIL, 2007) pontuou as exigências para a adesão das universidades ao programa, que consistiam no plano de reestruturação adotado por cada IFES, indicando as estratégias e as etapas que contribuiriam para o alcance dos objetivos previstos, atendido o previsto no seu Artigo 3º: “... o atendimento dos planos é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação”.

Para melhor orientação na elaboração dos planos institucionais, o documento das diretrizes gerais do REUNI foi lançado pelo governo em agosto de 2007, no intuito de facilitar a elaboração das propostas que seriam apresentadas ao governo. A partir de diretrizes gerais (BRASIL, 2007) sinalizou-se o que se esperava da expansão das universidades federais, determinando-se como meta global para as mesmas, ao final de cinco anos, a

elevação da taxa de conclusão média para 90% nos cursos de graduação presenciais e a relação de 18 alunos por professor em cursos presenciais. Simultaneamente, foram determinados os indicadores que seriam utilizados para a avaliação de cada IFES, a fim de calcular a taxa de conclusão dos cursos de graduação e a relação de alunos na graduação presencial por professor.

Ainda no mesmo documento (BRASIL, 2007), foram especificadas as datas para envio dos planos ao governo. Para a liberação de recursos no primeiro semestre de 2008, as IFES deveriam enviá-los até o final do mês de outubro. Considerando o mês do lançamento das diretrizes gerais (agosto de 2007), as IFES teriam apenas dois meses para a elaboração do plano de desenvolvimento e aprovação em seus respectivos conselhos superiores, para que pudessem, então, encaminhá-los ao MEC e receber os recursos. Aqueles que enviassem em períodos posteriores, com datas limite de 17 de dezembro do mesmo ano ou de 28 de fevereiro do ano seguinte, obteriam os recursos no segundo semestre de 2008 ou primeiro semestre de 2009, respectivamente.

Ainda que o programa de expansão tenha respeitado a autonomia das universidades federais na criação dos seus planos de reestruturação, para Lugão (op. cit., p. 26), o evento “desencadeou uma série de mudanças institucionais, orientadas por uma aparente mudança de paradigma sobre as funções da universidade pública”. De acordo com o autor, foi necessária grande agilidade nas providências tomadas para a expansão dos cursos, vagas e matrículas, para a redução da evasão e para a reformulação de programas de curso, dentre outras medidas, a fim de permitir a expansão e obter maiores índices de conclusão.

Cresceram, então, os desafios das instituições federais quanto às exigências definidas, pois se tornou necessário um plano de reestruturação em um cenário “sem a garantia de recursos públicos proporcionais”, o que poderia levar, eventualmente, as IFES à necessidade de captar recursos de “fontes alternativas para o atendimento de interesses particulares” (LUGÃO, op. cit., p. 27), ou seja, recorrendo, por exemplo, à prestação de serviços para empresas privadas. Léda & Mancebo (2009) também destacaram que a falta de acompanhamento do modo de aplicação dos recursos orçamentários do programa de expansão poderia implicar na perda da qualidade acadêmica.

Esses desafios e dilemas levaram ABRANTES, BRUNOZI & LUGÃO (2015) a indicar certos limites do REUNI, quando se chegou a especular que as universidades iriam recorrer à aprovação automática dos discentes para cumprir a meta de 90% de concluintes nos cursos de graduação.

“Observa-se, entretanto, que o PDE está conectado ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), o qual recomenda, para a próxima década, a restrição da folha de pagamento ao instituir que o dispêndio com pessoal nas universidades públicas não poderá aumentar mais de 1,5% anualmente. Além desse limite imposto, as Universidades Federais apresentavam uma defasagem histórica em seu quadro funcional, tanto de servidores docentes quanto de técnico-administrativos. Esse fato tem dificultado o processo de implantação do REUNI, considerando o quadro já reduzido de servidores para atender as demandas existentes e o atraso ocorrido na liberação das vagas pactuadas no programa para atender às novas demandas geradas nos âmbitos acadêmico e administrativo, uma consequência do aumento do número de novos alunos ingressantes pela expansão da oferta de vagas. Juntamente com esse problema do quadro reduzido de servidores, outro fator agravante era a infraestrutura precária das Universidades Federais. Estas Instituições há muitos anos não recebiam recursos financeiros para investirem na construção de novas instalações e na manutenção das já existentes. Com a chegada de novos alunos, as Universidades tiveram que, em muitos casos, improvisar suas instalações para transformar em salas de aula, pois os recursos financeiros previstos no REUNI só começariam a ser repassados para as Universidades ao longo de 2008. Não só a infraestrutura física era precária como também os laboratórios de pesquisa e as bibliotecas, assim como outros setores, não recebiam investimentos federais suficientes para se equiparem.”³

Naquele contexto, ganhavam importância dos planos de desenvolvimentos a serem adotados pelas IFES, que direcionariam os próximos cinco anos de sua gestão para a realização das metas propostas pelo programa REUNI. Na próxima seção, busca-se estudar o plano adotado pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), considerando as exigências e limitações do processo de expansão, no intuito de compreender qual a contribuição deste processo para o crescimento quantitativo e qualitativo da UFOP, e, de certa forma, para aquilo que ela retorna à sociedade brasileira.

5. METODOLOGIA

Tido como o caminho de construção lógica do pensamento utilizado em um estudo para se alcançar determinado objetivo (VERGARA, 2009), o método escolhido para a pesquisa visa compreender as influências do REUNI no desenvolvimento institucional da Universidade Federal de Ouro Preto no período de vigência desse programa, esperando-se também alcançar respostas palpáveis quanto à eficácia daquele programa e, se possível, do planejamento na UFOP.

³ Como pontuou o **examinador Adilson Pereira dos Santos** “Nesse particular é preciso refletir sobre o processo de expansão experimentado pelas universidades na Era FHC, que ampliou o nível de precariedade em que já se encontravam tais instituições.”

a. Delineamento

O presente estudo utiliza da pesquisa descritiva de tipo qualitativa, pois objetiva analisar de forma crítica e expor características do fenômeno observado, assim como avaliar as relações entre as variáveis pesquisadas (VERGARA, 2009). Assim, é possível identificar os contornos do programa de expansão das IFES e busca-se, então, explicar de maneira qualitativa a adesão da Universidade Federal de Ouro Preto ao programa REUNI e os impactos de seu plano de desenvolvimento que visou atingir às exigências dadas pelo programa. A partir desta análise, será possível analisar qualitativamente a eficácia da execução do programa, recorrendo também a elementos quantitativos, que teriam o papel de subsidiar uma análise qualitativa, pois não utilizamos no estudo nem a inferência estatística, nem mesmo empregamos exaustivamente a estatística descritiva.

b. Coleta de dados

Uma vez que a lei de acesso à informação (LAI), nº 12.527 de 18 de novembro de 2011 regula o direito do cidadão ao acesso a informações produzidas por órgãos públicos de administração direta do governo (BRASIL, 2011), a atual pesquisa utilizou as informações publicadas pela instituição de ensino pesquisada, disponíveis nos relatórios sobre planejamento e execução orçamentária da União, solicitou informações diretamente às Pró-Reitorias da UFOP e, quando necessário, também recorreu a diretrizes, leis e decretos governamentais norteadores do plano de adesão adotado pela Universidade Federal de Ouro Preto ao programa de expansão REUNI.

c. Análise dos dados coletados

A análise de dados apoiou-se na construção de razões e índices que nos ajudassem a identificar eventuais mudanças qualitativas na UFOP, comparando aqueles indicadores antes e depois da implementação do REUNI. É fato que Yin (2001) pontua a importância da utilização de diversas fontes, a fim de concluir um estudo de caso com informações aprimoradas, desta forma, pode-se comparar fontes distintas de modo a confirmar as evidências indicadas pelos dados coletados. No entanto, no caso de nosso estudo, as fontes

disponíveis são as fontes oficiais acima mencionadas, ou seja, as informações fornecidas pelas próprias IFES ao MEC e aos órgãos de controle, que, como se sabe, tem fé pública.

6. O REUNI NA UFOP: A PROMESSA

Antes de examinarmos a expansão promovida na UFOP durante o período do REUNI (2009/2013) - objeto desta monografia, não podemos nos furtar a dizer que, no período entre 1998 e 2002, sob forte restrição orçamentária e com a contratação de um número muito reduzido de servidores, a Universidade conduziu um programa de expansão que elevou o número de matrículas presenciais nos cursos de graduação de 2459 (1997) para 4468 (2002). Esta primeira grande expansão, a rigor conduzida pela PROAD (Pró-Reitoria de Administração) e não pela PROGRAD (Pró-Reitoria de Graduação), rompeu certa inércia organizacional e suas implicações para o modo como a UFOP aderiu ao REUNI, embora não tratadas aqui, mereceriam ser aprofundadas em trabalhos posteriores⁴.

Ora, conforme explicitado anteriormente, as instituições federais que aderissem ao programa de expansão proposto (REUNI) deveriam elaborar um plano de desenvolvimento para os próximos cinco anos de gestão, visto que os resultados esperados dependeriam, obviamente, do período médio de duração dos cursos de graduação a serem implantados ou ampliados⁵.

É nesses moldes que a Universidade Federal de Ouro Preto adere ao programa de expansão, enviando seu plano de desenvolvimento no mês de dezembro após a aprovação do Conselho Universitário (CUNI) em sua resolução nº 584 (UFOP, 2007). No documento, são destacados os dados referentes ao acréscimo do número de vagas, em acordo com o que era a ‘menina dos olhos do programa’. A meta da UFOP era expandir a oferta de vagas para 1.313 no período diurno ainda a partir de 2009 e para 1.171 no período noturno a partir de 2010⁶.

⁴ Agradecemos ao examinador Adilson Pereira dos Santos por esta observação.

⁵ Para Lugão (2011, p. 40), é de suma importância o conhecimento acerca das políticas e programas governamentais, dada a função do governo de fornecer os recursos necessários, a fim de cumprir metas negociadas entre as IFES e o Governo Federal.

⁶ Em 2016, a UFOP ofereceu 2662 vagas nos seus cursos de graduação presencial, número ligeiramente inferior às 2726 vagas previstas em 2012 como veremos mais abaixo. Conferir em UFOP (2017). Relatório Anual de Gestão 2016. Ouro Preto, UFOP – disponível em https://saci2.ufop.br/data/solicitacao_/13283_relatorio_de_gestao_2016.pdf.

Ao tratar da taxa de evasão, o documento mencionava que o índice médio anterior à implementação do REUNI na universidade era 18%, ou seja, uma ‘taxa de conclusão’ da ordem de 82% no período compreendido entre 1998 e 2003 (UFOP, 2007)⁷, e ainda previa um conjunto de medidas para a sua redução e adequação às exigências do REUNI:

- “Busca permanente da redução da evasão, por meio de ações múltiplas, particularmente aquelas relacionadas à recepção dos discentes.
- Ampliação em 125% das políticas de assistência estudantil e dos programas de fomento e bolsas acadêmicas.
- Inserção do tema evasão nos espaços de reflexão da prática pedagógica destinados aos docentes e conduzido pela Pró-Reitoria de Graduação.
- Revisão das normas acadêmicas.”(ibid., p. 11-12)

Já em relação à redução das vagas ociosas, conforme destaca a resolução, o percentual era pequeno, atingindo a média de 10% (ibid., p. 13). Assim, com o objetivo estratégico de torná-la ainda menor, optou-se por medidas que encurtassem o intervalo de apuração de vagas; pelo desenvolvimento de ações preventivas; pelo combate à pré-evasão, introduzindo o controle eletrônico de frequência de modo a rapidamente identificar o calouro infrequente e possibilitar a convocação do próximo candidato; pela busca de diagnósticos qualitativos das causas da evasão; pelo investimento nos programas de assistência estudantil; pelo incentivo ao desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras; pela revisão das normas acadêmicas e pela intensificação das campanhas de recepção dos discentes, docentes e técnico-administrativos.

No âmbito da reestruturação acadêmico-curricular, previu-se a revisão da estrutura acadêmica, visando o aumento da qualidade, pois se postulava uma estrutura organizacional que viabilizasse a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade acadêmica, a fim de propiciar uma cultura de planejamento e gestão colegiada (ibid., p. 14). Conjuntamente, propôs-se também a reorganização dos cursos de graduação já existentes, argumentando-se que os projetos pedagógicos dos cursos mais antigos estavam obsoletos. Destaca-se no documento a preocupação de identificar de maneira mais clara o Projeto Político Institucional, uma vez que a universidade ainda não possuía políticas acadêmicas claras quanto à pesquisa e extensão (ibid. p. 15). Entre outras medidas, previu-se: a realização de fóruns de revisão curricular; a implantação de um programa institucional de avaliação dos cursos, tendo como referência o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES); e a conclusão

⁷ No próximo capítulo, trataremos de modo mais detalhado este e outros índices, que podem assumir valores diferentes dependendo dos critérios para sua construção.

do Plano de Desenvolvimento Institucional de 2008 (ibid., p. 16). Desta forma, propuseram-se como parâmetros para essa reorganização:

- a. “Trabalho interdisciplinar em ensino, pesquisa e extensão na UFOP, inter e intra-cursos, grupos, redes e projetos.
- b. Reformulação dos cursos de graduação para que seus currículos garantam as qualificações profissionais, científicas, técnicas, filosóficas, éticas e político-sociais previstas no perfil do profissional a ser formado na UFOP.
- c. Avaliação permanente das condições de oferecimento e formação propiciada pelos cursos de graduação.
- d. Avaliação e suporte às atividades docentes.
- e. Ampliação do uso de novas tecnologias em todos os níveis do ensino (pós-graduação e graduação), da pesquisa e extensão.
- f. Melhoria das condições físicas e estruturas necessárias para o desenvolvimento das atividades acadêmicas da Instituição.
- g. Melhoria, ampliação e diversificação do acervo de bibliotecas (insumo, pessoal e infraestrutura).
- h. Estímulo à utilização de novas metodologias na Educação Superior.
- i. Ampliação de intercâmbios (mobilidade acadêmica [IFES] e em instituições internacionais).
- j. Estímulo à flexibilização curricular.
- k. Fortalecimento da formação científica dos discentes.
- l. Estímulo e apoio à produção e divulgação científica.
- m. Política de incentivo à capacitação docente (científico-pedagógica).
- n. Política de esporte (incentivo à prática esportiva).
- o. Utilização dos veículos de comunicação da UFOP (rádio, TV, etc.) como mecanismos formativos na graduação e na socialização do conhecimento.
- p. Política de incentivo à produção técnica e fortalecimento da Editora da UFOP”. (ibid., p. 17)

Como indicado acima, a UFOP se propôs a promover a ampla mobilidade estudantil através do aproveitamento de créditos e circulação de discentes entre os cursos e programas de outras instituições de educação superior, utilizando primordialmente das práticas de estímulo à flexibilização, a busca de apoio financeiro aos convênios existentes e o estabelecimento de novas parcerias (ibid. p. 17).

No que refere ao compromisso social da UFOP (ibid., p. 19), temos no documento: a) a adesão de políticas de inclusão, que visavam à inserção de políticas de ação afirmativa (reserva de vagas para alunos egressos de escolas públicas), tema já pautado em discussões anteriores, definindo que a medida já seria aplicada no próximo processo seletivo seguinte; b) a ênfase no programa de assistência estudantil, que almejava o aumento no quadro de discentes atendidos; c) as políticas de extensão universitária, buscando fortalecer o que já havia sido implantando pela PROEX (Pró-Reitoria de Extensão), propiciando maior

participação nas práticas extensionistas; d) o suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação, expandindo em 100% as matrículas na pós-graduação até o ano de 2012, fornecendo apoio a consolidação de novos cursos, fortalecendo a interação entre a graduação e os programas de pós-graduação, melhorando sua infraestrutura, através da contratação de novos professores, primordialmente; e) a prática de políticas de gestão de pessoas, em um ambiente que demonstrou a necessidade de capacitação profissional a fim de reestruturar e qualificar o quadro profissional da universidade, e f) o plano de aplicação dos recursos disponíveis para o custeio e investimento entre os anos de 2008 e 2012.

Como meta, a UFOP também planejava a contratação de 258 docentes, 174 técnicos de nível intermediário e 31 técnicos de nível superior durante o período de execução do plano de adesão ao REUNI (ibid., p. 29). No entanto, deve-se ressaltar a dependência da UFOP no que refere aos subsídios fornecidos pelo Ministério da Educação, ficando então à mercê do Ministério no que toca às negociações sobre os valores de custeio e de investimento, e sobre a contratação de servidores efetivos.

É possível constatar pelo documento que a UFOP buscou delimitar os contornos da política de expansão, atendo-se, aparentemente, às diretrizes do programa REUNI. Como as metas eram muito ambiciosas, aquele encaminhamento poderia ser arriscado. No entanto, mais uma vez, deve-se observar que o plano de adesão das universidades teve que ser elaborado num prazo muito curto, fixado, unilateralmente, pelo MEC.

É digno de nota que, embora as diretrizes gerais do programa REUNI não tenham previsto metas de expansão para os programas de pesquisa e pós-graduação, a UFOP soube inserir em seu planejamento metas que atendessem a estes, ainda que de maneira ampla e pouco precisa. Cabe então analisar os resultados obtidos pela universidade depois de transcorrido os cinco anos determinados pelo plano de expansão.

7. COMPARAÇÃO ENTRE AS METAS E RESULTADOS POSTERIORES À IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA REUNI NA UFOP: A ENTREGA

Conforme apontado anteriormente, o programa REUNI trouxe a oportunidade de expansão das IFES que aderissem a ele, aí compreendido o cumprimento, após cinco anos, das metas globais definidas nas diretrizes gerais do REUNI. Foi a partir desta possibilidade de expansão e de novos investimentos na educação superior que 53 das 54 universidades federais aderiram ao programa, comprometendo-se a cumprir suas exigências (ROBERTO, 2011, p.

302). Para que pudesse ser inserida no programa, foi necessário que cada instituição elaborasse seu plano de adesão ao REUNI, o que, como já mencionado, foi feito às pressas, dados os prazos estreitos estabelecidas pelo governo e a expectativa das universidades de receber rapidamente os recursos planejados.

É nesse contexto que a Universidade Federal de Ouro Preto adere ao programa, visando alcançar a almejada expansão, em conjunto com a melhoria da qualidade da educação superior ofertada pela mesma. Aprovado em dezembro de 2007, ainda que elaborando em pouco tempo, o plano de adesão da UFOP cumpria a obrigação de apontar um planejamento de cinco anos para cada dimensão prevista.

Ainda no período de execução do plano, a UFOP enfrentou algumas dificuldades que poderiam afetar o cumprimento das metas. Conforme a universidade destaca em uma nota à comunidade no ano de 2010 (UFOP, 2010), é comum em um projeto de tamanha abrangência o aparecimento de algumas dificuldades, como o atraso na realização de obras, na realização de concursos para professores ou técnico-administrativos ou até mesmo a entrega de livros e equipamentos a serem adquiridos.

No entanto, ressalta-se que, no mesmo documento (ibid., 2010), a universidade declara a continuidade do cronograma conforme programado, sendo as vagas para professores e técnicos preenchidas e, mesmo, sendo superadas algumas metas, como a aplicação de recursos na ampliação das bolsas estudantis muito acima do esperado, tanto bolsas de iniciação à pesquisa quanto bolsas de assistência. Por fim, ainda na mesma nota, a UFOP confirma o cumprimento do que foi estabelecido e aponta a ampliação do programa REUNI na instituição, que acabou sendo maior do que o previsto, enfatizando que as demandas não previstas no plano de adesão inicial da universidade ao REUNI também estavam sendo atendidas. As dificuldades na implantação também teriam sido vivenciadas por outras universidades, o que teria ensejado, inclusive, grande expectativa pela repactuação de metas e prazos (ABRANTES; BRUNOZI Jr, & LUGÃO, 2015).

É possível observar a necessidade da UFOP comunicar à comunidade abrangida pela universidade sobre a continuidade do plano de expansão, o que pode ser considerado uma forma de satisfazer e acalmar possíveis temores sobre o descumprimento do que foi acordado, além de facilitar a gestão dos conflitos internos de toda ordem que ocorrem num processo de crescimento de tamanha magnitude.

Já em 2012, a universidade teve outros problemas que afetariam a execução do plano, pois, devido ao atraso no projeto de lei que previa a criação de cargos de docentes e técnicos

necessários para a conclusão do REUNI, as IFES foram impedidas de realizar concursos para docentes e técnico-administrativos em educação (UFOP, 2012, p. 30). A implantação dos novos cursos de graduação e a ampliação das vagas nos cursos já existentes não foi interrompida, mas os cursos funcionaram com a contratação de elevada proporção de professores substitutos⁸, cenário que a UFOP já havia vivenciado entre 1998 e 2006, em função da expansão promovida ainda durante o Governo FHC, como mencionado acima. Em conjunto, a UFOP teve ainda que enfrentar em 2012 “uma das maiores greves de docentes e técnico-administrativos dos últimos anos” (ibid., p. 30).

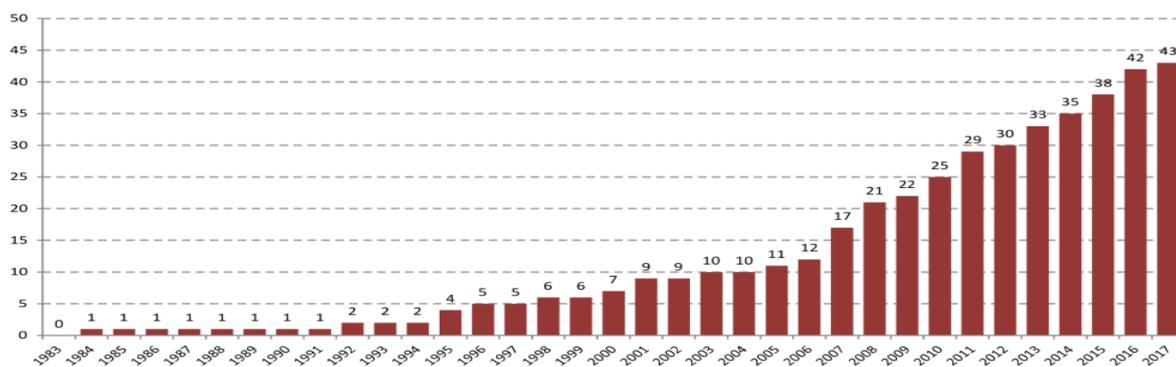
Quanto à expansão, nos documentos consultados é destacado o expressivo aumento do quadro de discentes matriculados. Conjuntamente, destaca-se o aumento no número de docentes e técnicos contratados nos cinco anos do programa de expansão, tendo contratado 258 novos docentes e 208 novos técnicos (ibid., p. 33), alcançando a previsão de contratações do primeiro e superando levemente a meta estabelecida no que se refere aos técnicos. Ao término do ano de 2012, a UFOP ofertava 1.278 vagas no primeiro semestre e 1.448 vagas no segundo semestre de cada ano letivo, tendo aumentando o número de cursos oferecidos de 29 presenciais em 2007 para 45 em 2012⁹, crescimento muito expressivo (ibid., p. 44). No que se refere aos programas de pós-graduação, no ano de adesão ao programa REUNI, a universidade possuía 20 cursos de pós-graduação *stricto sensu*, aumentando este quadro em 2012 para 30 e ampliando o total de cursos de mestrado e doutorado para 43 em 2017 (Gráfico 7.1). Cabe observar que o efeito da expansão do REUNI sobre a pós-graduação foi defasado ou diferido no tempo, mas tem se mostrado cumulativo, um dado bastante interessante para a instituição na medida em que anuncia uma mudança qualitativa da universidade¹⁰.

Gráfico 7.1 - Evolução da quantidade de cursos de mestrado e doutorado ofertados na UFOP

⁸ Os professores substitutos são contratados através de processo seletivo simplificado, sob regime de 40 horas semanais, no máximo por 24 meses e não tem autonomia para propor projetos de pesquisa e extensão. Este vínculo precário limita o envolvimento dos docentes com a Universidade.

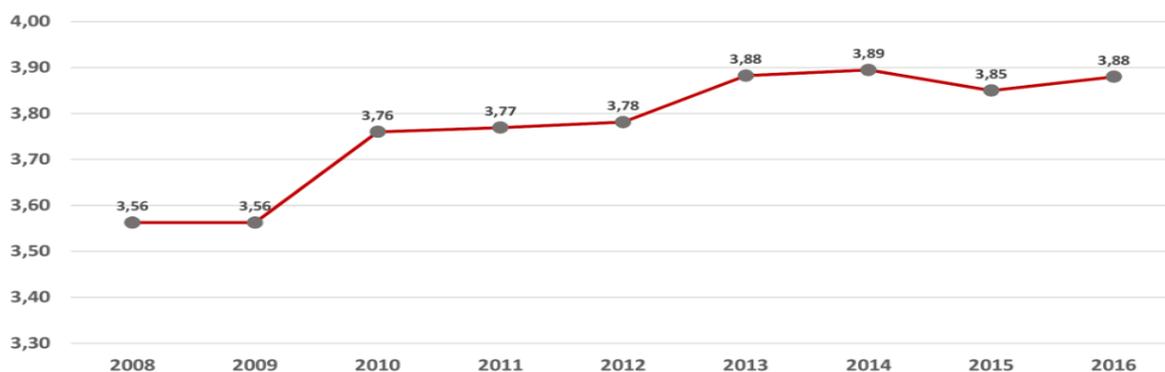
⁹ Atualmente (2018), a UFOP oferece 46 cursos de graduação presencial, incluindo bacharelados e licenciaturas. Conferir <https://www.escolha.ufop.br/cursos>.

¹⁰ A avaliação dos cursos de pós-graduação pela CAPES registra ligeira melhora dos conceitos (Gráfico 7.2), mas a elevação da média vem sendo ‘puxada’ por alguns poucos cursos de mestrado e doutorado, enquanto a maioria mantém conceito mínimo, a saber ‘3’ para mestrado e ‘4’ para doutorado. Para mais detalhes ver UFOP (2017). Relatório Anual de Gestão 2016. Ouro Preto, UFOP – disponível em https://saci2.ufop.br/data/solicitacao/13283_relatorio_de_gestao_2016.pdf.



Fonte: Universidade Federal de Ouro Preto. Adaptado. (Disponível em: <<https://propp.ufop.br/pos-graduacao/cursos-e-programas#doutoradosAcademicos>>. Acessado em: 25 nov. 2018.)

Gráfico 7.2 - Nota média na CAPES dos cursos de mestrado e doutorado oferecidos na UFOP



Fonte: Universidade Federal de Ouro Preto. Adaptado. (Disponível em: <<https://propp.ufop.br/pos-graduacao/avaliacoes-da-capes>>. Acessado em: 25 nov. 2018.)

É possível ainda observar no relatório de gestão do ano de 2012 outras informações relacionadas à implantação do REUNI na UFOP, a saber: a) foi possível atingir 149% do que era esperado no que se refere ao estímulo às ações de ensino, pesquisa e extensão; b) alcançou-se 92% da meta esperada de 12.344 alunos matriculados, chegando a 11.292 alunos matriculados; c) chegou-se a cobertura de 2.881 alunos¹¹, 64% do esperado, em programas de assistência ao estudante do ensino superior. No que refere à proporção de 18 alunos por professor, a UFOP obteve em seu último ano de execução o índice de 8,7 discentes para cada docente (ibid., p. 219)¹². Como observamos abaixo, este indicador elevou-se posteriormente, mas sem atingir a meta prevista, ainda que tenha se aproximado um pouco mais da meta quando consideradas a graduação presencial e à distância.

¹¹ Um em cada quatro alunos matriculados.

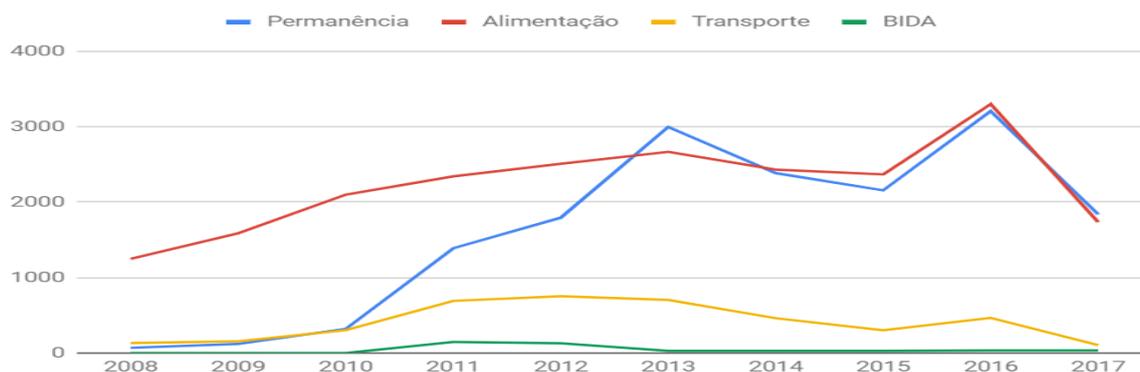
¹² Como já observamos acima, neste capítulo trataremos de modo mais detalhado este e outros índices, que podem assumir valores diferentes dependendo dos critérios para sua construção.

Por outro lado, a previsão pessimista sobre eventual impacto da rápida expansão das vagas sobre a qualidade das formações oferecidas pelas IFES¹³, ao que parece, ao menos no caso da UFOP, não se consumou. Apesar de todas as dificuldades que a universidade enfrentou, aparentemente, o resultado foi no sentido inverso, ou seja, no da ampliação da qualidade na formação de recursos humanos na graduação e na pós-graduação, como demonstram os indicadores que elencamos neste trabalho.

Talvez um dos fatores importantes para o êxito da expansão da graduação na UFOP tenha sido a criação da Pró-Reitoria Especial de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE) em 2008, acompanhada da ampliação dos programas de assistência estudantil (Gráfico 7.3). O órgão é encarregado de proporcionar condições de acesso e permanência aos estudantes, técnicos administrativos e docentes da Instituição, a fim de garantir o bem-estar psicossocial de toda a comunidade acadêmica. Ainda nos anos iniciais de funcionamento da PRACE, a assistência estudantil era atrelada ao custeio da universidade, sendo modificada esta condição após o decreto de nº 7.234, de 19 de julho de 2010, quando a verba de assistência se torna exclusiva, proporcionando um grande incremento, assim como um melhor direcionamento dos recursos na promoção de garantias para a continuidade dos estudos dos discentes. Em consequência, houve um aumento no número de bolsas ofertadas aos discentes a partir de 2010, em especial a bolsa permanência, que obteve um aumento expressivo quando comparada às outras. Até o ano de 2010 esta bolsa era atrelada diretamente ao trabalho administrativo, a partir deste ano, perde seu vínculo com a contrapartida em trabalho. Outro programa, a Bolsa de Incentivo ao Desenvolvimento Acadêmico(BIDA), é criado então para atender à desvinculação entre a bolsa permanência e o trabalho administrativo, no entanto, passa a ter caráter marginal. Ressalta-se também que a bolsa transporte ofertada pela UFOP foi extinta no ano de 2016, porém o benefício permanece para aqueles que a obtiveram até aquela data.

Gráfico 7.3 - Número de bolsas disponibilizadas pela UFOP de 2008 a 2017 por modalidade

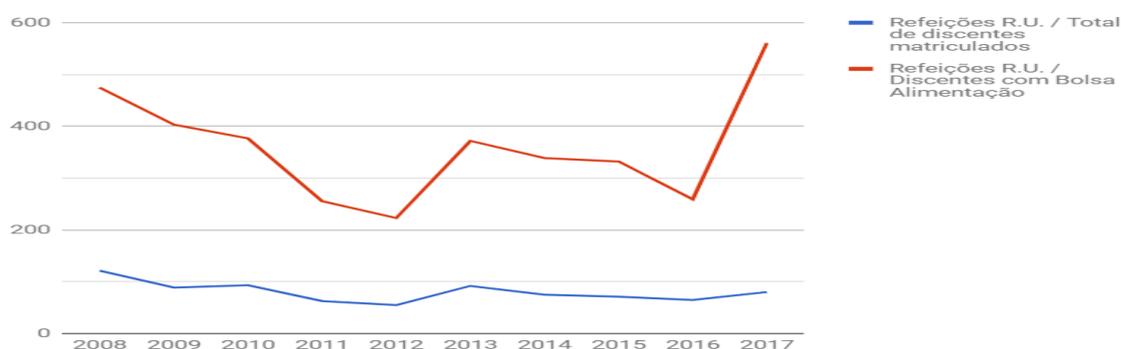
¹³ “Apesar da estrutura e do aparato que envolveu o programa REUNI, observa-se que a discussão está mais direcionada para o compromisso com a expansão de vagas na graduação do que com a reestruturação acadêmica proposta. Essa continuidade do controle no processo de implantação das ações propostas pode comprometer a qualidade do ensino, uma vez que a prioridade, no momento, é atingir as metas quantitativas do Programa. Ademais, ainda não se verificou avanços significativos na reestruturação acadêmico-curricular nas Instituições, considerando que grande parte dessas ações está em curso, tendo em vista sua projeção para o final do período do programa, ou seja, para 2012.” (ABRANTES; BRUNOZI Jr & LUGÃO, 2015).



Fonte: PRACE/UFOP (elaboração própria)

Outro programa que se acredita importante para a permanência dos discentes é o de apoio à alimentação. A PRACE administra cinco Restaurantes Universitários (RU) nos três campi¹⁴ da UFOP, oferecendo duas refeições por dia, subsidiando cerca de 80% dos custos para que cada refeição (conforme o nível de classificação socioeconômica do estudante) seja tarifada a até R\$3,00 para todos os discentes.

Gráfico 7.4 - Razão de refeições anuais por discente e por discente com Bolsa Alimentação



Fonte: PRACE/UFOP (elaboração própria)

No Gráfico 7.4 é importante observar que a média de refeições por ano considerando apenas os alunos que possuem Bolsa Alimentação é no mínimo quatro vezes maior que a média considerando o total de estudantes. Esta informação precisaria ser melhor explorada,

¹⁴ Recentemente, um deles, o REMOP, situado no prédio do CAEM, praça Tiradentes, Ouro Preto, teve suas atividades encerradas por razões legais (o imóvel não pertence à UFOP e há impedimentos à locação) e de infraestrutura (problemas de insalubridade não resolvidos pela Diretoria do CAEM). Para maiores detalhes ver www.ufop.br.

mas, a princípio, poderíamos fazer a hipótese (a ser verificada) segundo a qual o serviço talvez atenda, primordialmente, aos alunos mais carentes¹⁵.

No entanto, ainda que tenha ocorrido o acréscimo de bolsas-alimentação (Quadro 7.1), houve grande flutuação no número de refeições servidas entre 2008 a 2012 e 2013 a 2016. Esse comportamento errático do indicador deveu-se ao contexto de queda da utilização e do período de funcionamento do RU, pois ocorreram longas greves na universidade nos anos de 2012, 2015 e 2016, causando o deslocamento de muitos alunos às suas cidades de origem, a fim de reduzir os custos da permanência durante o tempo de greve, além do fechamento temporário do RU. Além disto, seria oportuno um estudo mais aprofundado para entender outros motivos da flutuação da demanda pelo RU na UFOP.

Quadro 7.1

Ano	Refeições R.U.	Discentes matriculados	Refeições R.U. / Discentes matriculados	Discentes com Bolsa Alimentação		
				Bolsa Integral	Bolsa Parcial	Bolsa Integral + Parcial
2008*	592570	4 884	121,33	1248	0	1248
2009	639617	7198	88,86	1587	0	1587
2010	790752	8488	93,16	2099	0	2099
2011	597903	9529	62,75	1147	1194	2341
2012	559016	10190	54,86	2507	0	2507
2013	991047	10786	91,88	2666	0	2666
2014	823299	10978	75,00	1161	1270	2431
2015	786061	11 037	71,22	1005	1362	2368
2016	853535	13144	64,94	1077	2221	3298
2017	972267	12 136	80,11	582	1152	1734

Fonte: PRACE/UFOP (elaboração própria)

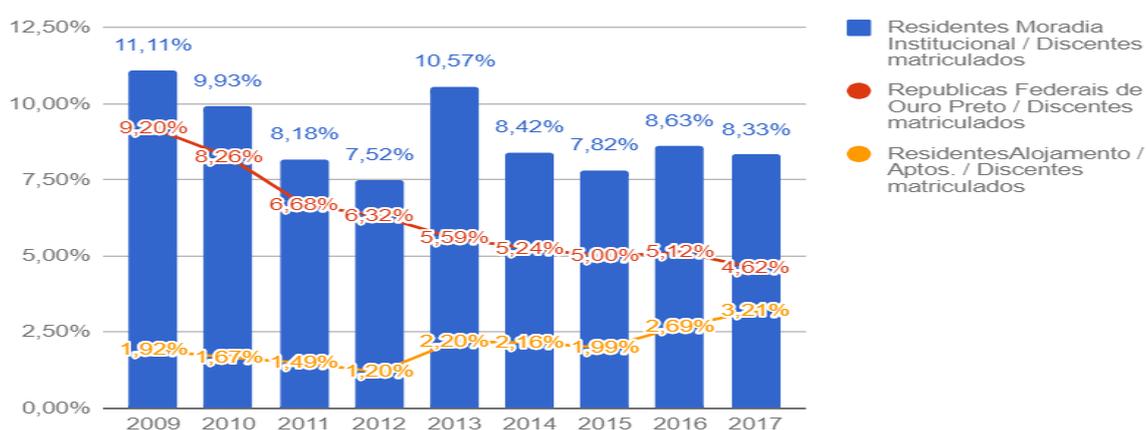
Nota: *O Relatório de Gestão de 2008 da PRACE apresenta imprecisões, necessitando uma investigação mais aprofundada

Outra responsabilidade da PRACE é gerir o Programa de Moradia Estudantil da UFOP, que tem capacidade para atender até 1.332 estudantes de graduação e pós-graduação em 3 modalidades distintas. A modalidade de Gestão Compartilhada existe apenas em Ouro Preto e é um modelo único e peculiar de moradia estudantil no país, com capacidade para atender até 794 residentes. São cedidas ao todo 59 casas, conhecidas como Repúblicas Federais, as quais

¹⁵Este indicador poderia ser refinado caso a UFOP venha a disponibilizar os dados das refeições servidas para os discentes com e sem bolsa, permitindo mensurar de modo mais preciso o impacto deste programa.

têm assegurada sua autogestão, em que cada uma possui seu regimento interno e critérios de seleção próprios, de acordo com os parâmetros da Resolução CUNI 1540/2003. Apesar do Art. 5º dessa resolução sugerir a priorização de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, não há indícios de que isso aconteça de fato, surgindo a necessidade de mais estudos a respeito do perfil socioeconômico dos moradores nessa modalidade. A modalidade Socioeconômica se refere às moradias disponibilizadas pela UFOP em Ouro Preto e Mariana, na forma de apartamentos e alojamentos, em que a seleção é feita por critério socioeconômico através de edital específico. Em João Monlevade não existem moradias estudantis, portanto são ofertados 120 auxílios-moradia aos estudantes de graduação presencial, a terceira modalidade. O Gráfico 7.5 mostra a cobertura de cada modalidade em relação ao total de alunos na graduação presencial.

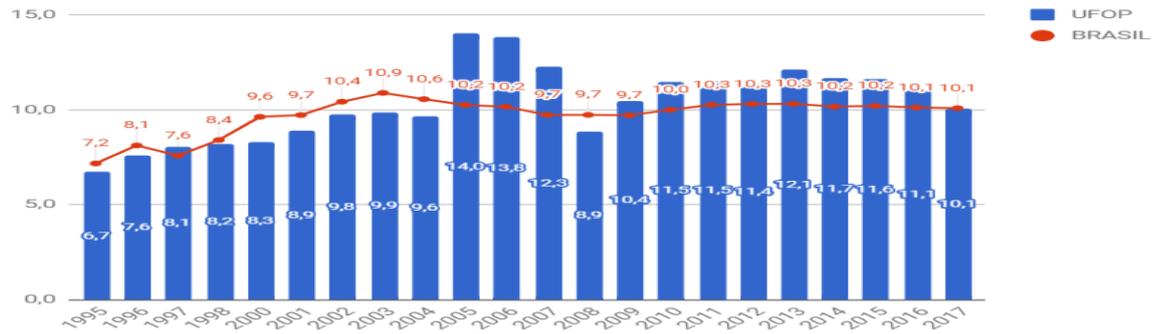
Gráfico 7.5 - Percentual de discentes em moradias institucionais¹⁶



Fonte: PRACE/UFOP (elaboração própria)

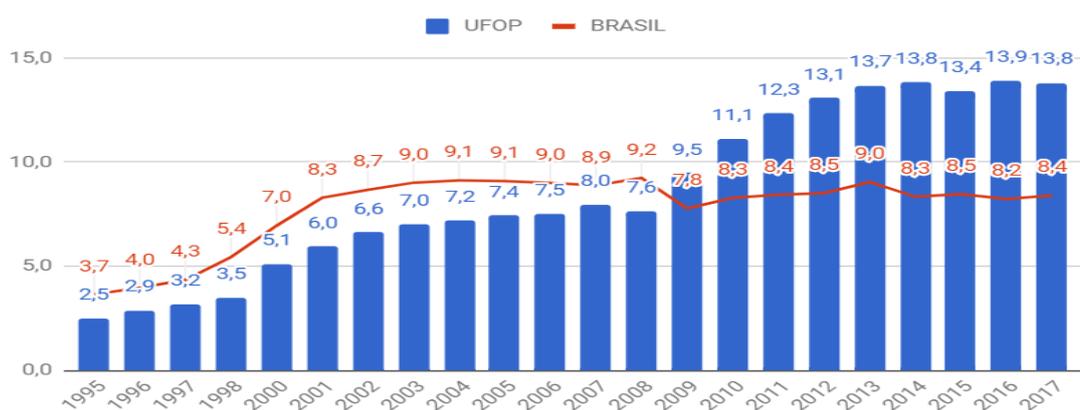
Podemos observar que, apesar de chegar a atender mais de 10% dos estudantes em 2009 e 2013, as vagas para alunos em estado de vulnerabilidade econômica são apenas uma pequena fração, ultrapassando os 3% apenas em 2017. Como as vagas em Repúblicas Federais são fixas, pode-se observar também uma ociosidade crescente no seu número de residentes. Mas, pesquisas precisam ser feitas para melhor avaliar a relação entre a expansão de matrículas e a expansão de vagas em moradias de critério socioeconômico, inclusive, considerando sua taxa de ocupação.

¹⁶No total de discentes foram computados os discentes matriculados em João Monlevade.

Gráfico 7.6 - Razão de matrículas na graduação presencial por docente

Fonte: MEC (elaboração própria)

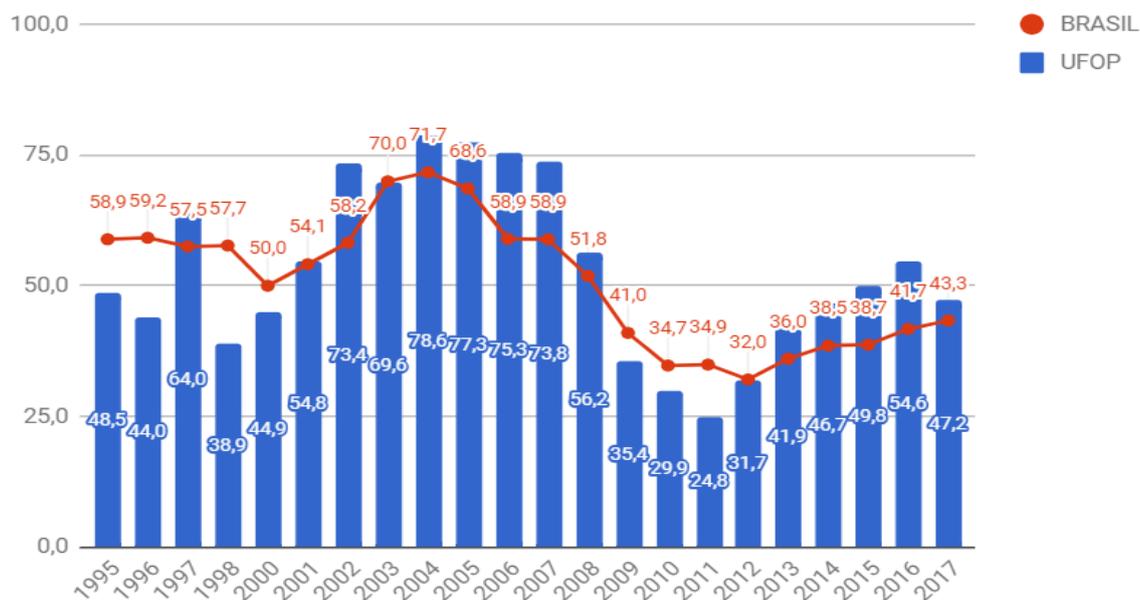
Já discutimos a exequibilidade das metas do REUNI anteriormente no trabalho. O que o Gráfico 7.6 evidencia, no entanto, é que esse indicador aumentou em termos médios para o Brasil, ainda que distante do objetivo de 18 alunos por professor, confirmando as expectativas aqui apresentadas sobre sua improvável aplicação em espaço de tempo tão curto. A UFOP, por sua vez, apresentou melhores resultados. O ápice alcançado entre os anos de 2005 a 2007, portanto o coroamento da expansão anterior ao REUNI, talvez possa ser explicado pela ampliação do número de matrículas na UFOP num contexto de fortes restrições à contratação de pessoal (1998-2006), quando, no plano nacional, a expansão de vagas foi realizada quase exclusivamente pelo ensino superior privado. Assim, pode-se concluir que o REUNI não melhorou esse indicador em relação ao início do século, no entanto, como já observado, graças à forte expansão da pós-graduação, parcela expressiva dos docentes dedicam-se, atualmente, à formação de recursos humanos mais qualificados, o que o indicador do Gráfico 7.6 subestima.

Gráfico 7.7 - Razão de matrículas na graduação presencial por TAE

Fonte: MEC (elaboração própria)

Já quanto a razão de alunos matriculados por cada TAE (Gráfico 7.7), é mais nítida a influência do REUNI, elevando a taxa em mais de 50% para o Brasil ao final do programa. Já para a UFOP, a relação praticamente triplicou, uma tendência preocupante, ainda que eventualmente revele aumento da eficiência do gasto. Deve-se observar que, em função da extinção de muitos cargos na administração federal e do aumento da subcontratação de pessoal¹⁷, este indicador também pode estar sendo superestimado. Além disto, os dados estão disponíveis apenas para os técnicos em exercício.

¹⁷Além de representar um vínculo de trabalho precarizado, a subcontratação pressiona o orçamento da UFOP e de outras universidades, pois retira recursos do custeio que poderiam ser aplicados nas atividades-fim da universidade.

Gráfico 7.8 - Razão de concluintes por ingressante na graduação presencial

Fonte: MEC (elaboração própria)

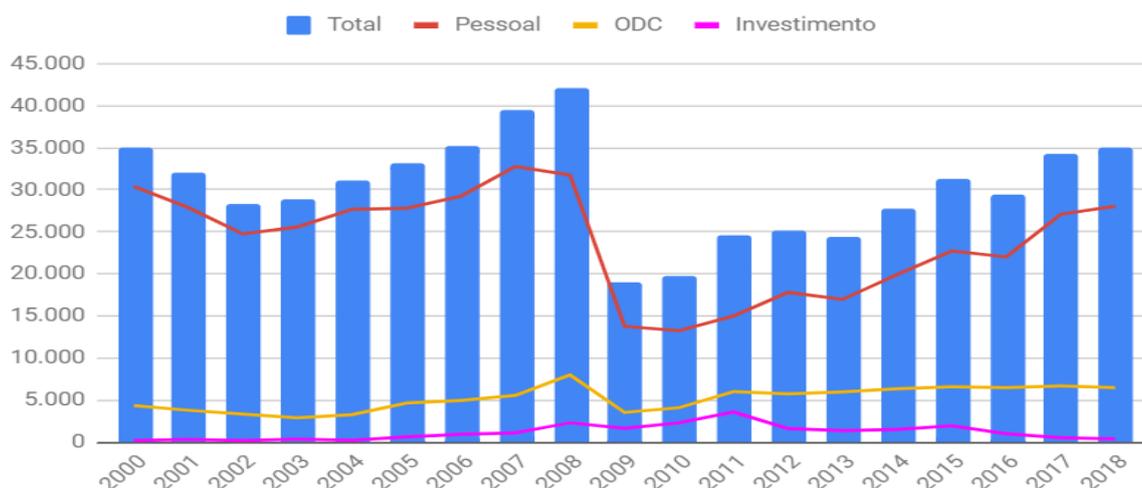
Mais uma meta que se mostrou inatingível de imediato é a razão de concluintes/ingressantes de 90%. Muitas variáveis podem influenciar o indicador, mas dentre elas podemos enumerar algumas que têm impacto direto. Uma delas é a influência das greves, com registros nos anos de 1995, 1996, 1998, 2000, 2001 e 2003, que provavelmente influenciaram os dados na primeira parte do período. Outra variável com influência direta é o hiato de tempo entre os ingressos semestrais e a formação das primeiras turmas, enviesando os dados. Observa-se a influência direta em dois períodos: Entre 1995 e 2002 a UFOP experienciou uma primeira expansão, com destaque para a criação dos cursos de Direito (1993), Engenharia de Produção (1998) e Turismo (1999), além do Instituto de Filosofia, Arte e Cultura (1995), em Ouro Preto, assim como do campus de João Monlevade (2002), com os cursos de Sistema da Informação e Engenharia de Produção, o que possivelmente gerou uma elevação do índice nos anos correspondentes à formação das primeiras turmas daqueles novos cursos. Entre 2008 e 2012, temos o período do REUNI que gerou uma expansão mais massiva, implicando uma queda maior ainda do indicador, que volta a se recuperar no período de formação das primeiras turmas. É recomendado o cálculo do indicador desagregado por curso de modo a confirmar ou rejeitar nossa hipótese.

Gráfico 7.9 - Razão de gastos reais totais por aluno na UFOP¹⁸

Fonte: Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (elaboração própria)

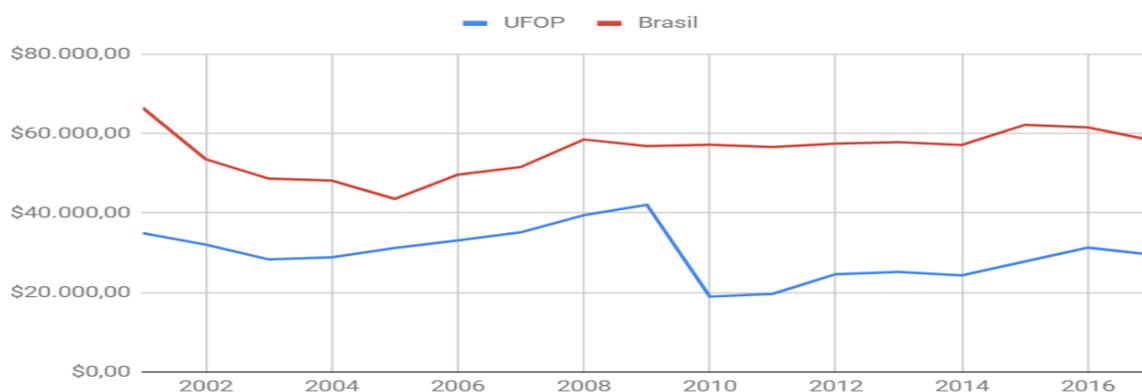
Apesar das metas do REUNI serem atreladas apenas à graduação presencial, a UFOP aproveitou a reestruturação para lançar seus cursos de graduação à distância em 2009. Como é sabido, os cursos de graduação à distância tem custos menores que os cursos na modalidade presencial, o que distorce a avaliação quando analisado o total de alunos. O interessante é analisar que o custo real médio por aluno em 2017 é bem parecido com o número encontrado em 2000, enquanto a pós-graduação, como observado anteriormente, cresceu mais de 600% no mesmo período. Acredita-se que os dados subestimam os resultados obtidos com a pós-graduação. Em trabalhos posteriores esperamos construir indicadores que considerem no custo real médio por aluno as matrículas na pós-graduação. Além disto, pretendemos ponderar o custo real médio da graduação pela matriz de aluno-equivalente adotada pelas universidades e pelo MEC. Esta última também daria melhor ideia da heterogeneidade e da diversidade das formações atualmente oferecidas pela UFOP. Esses exercícios, provavelmente, demonstrarão que o custo real médio por aluno da UFOP diminuiu consideravelmente após o REUNI.

¹⁸ Dados inflacionados para novembro de 2018, para a maior parte dos anos, os dados são da execução orçamentária. Quando não disponível, utilizaram-se as dotações previstas nos orçamentos (LOA).

Gráfico 7.10 - Razão de gastos reais, totais e por grupos, por aluno na UFOP¹⁹

Fonte: Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (elaboração própria)

Como indica o Gráfico 7.10, a queda das razões a partir de 2008 é reflexo do expressivo número de vagas ofertadas durante o período REUNI. Nota-se também no período o ápice da razão de Investimentos por aluno, especialmente devido às mudanças estruturais que a UFOP precisou fazer para atender à nova demanda, que volta a se estagnar e até a cair após 2015.

Gráfico 7.11 - Razão de gastos reais totais por aluno na UFOP e no Brasil²⁰

Fonte: Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (elaboração própria)

Quando comparados, os gastos por aluno da UFOP se mostram bastante inferiores ao índice do Brasil. No entanto, vale ressaltar que os dados para o Brasil consideram os Hospitais Universitários, estrutura que a UFOP não dispõe.

¹⁹Ver nota 18.

²⁰Ver nota 18.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do Ensino Superior no Brasil remonta ao período colonial e sua evolução ao longo dos anos teve influências distintas. Apesar de todo esse tempo, o acesso à formação universitária só começou a se tornar menos segregado na virada do último milênio, graças à políticas de inclusão social. Anteriormente, as classes populares eram excluídas das políticas de ensino superior, que favoreciam sobretudo a formação das elites. A criação, na República Velha, dos exames vestibulares, presentes até hoje, acentuou essa dificuldade de acesso. No mesmo período, foram criadas as primeiras escolas superiores particulares, que vieram a se fortalecer ao longo do século XX. Entre as mudanças recentes mais significativas, evidencia-se a criação a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), sancionada em 1996, e o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001, que já acusava o aumento da demanda por vagas. Entretanto, até 2007, as instituições universitárias públicas tiveram sua expansão limitada.

No governo Lula, evidenciado o insucesso do primeiro PNE, foram propostos novos modelos de reforma no ensino superior, priorizando o aumento do número de Instituições Federais de Ensino Superior, IFES, e a melhoria das condições de acesso para a população menos favorecida. Dentre o novo conjunto de leis e diretrizes, foi instituído o Plano de Desenvolvimento da Educação, onde destaca-se tanto a criação de cotas e subcotas para egressos do ensino médio público e minorias diversas e quanto o decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o REUNI. Com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, o programa associava a garantia de financiamento a um conjunto de metas globais previamente acordadas, ainda que mantida a autonomias das IFES, porém com foco apenas no nível de graduação presencial e com destaque para as metas de elevação da taxa de conclusão média dos cursos para 90% e da relação de 18 alunos por professor. Apesar dos prazos curtos para adesão e elaboração de novos planos de desenvolvimento institucional, sendo necessário grande agilidade nas decisões tomadas, 53 universidades federais das 54 existentes aderiram ao programa. O incremento de recursos atrelado à pactuação com o MEC possibilitaria às instituições um salto rápido de patamar, especialmente nas poucas IFES que já possuíam PDIs sólidos com perspectivas de crescimento já traçados anteriormente ao REUNI. Porém, o programa sofreu

muitas críticas, entre as quais o fato de, provavelmente estimular a sobreutilização dos recursos existentes devido às limitações que as instituições públicas ensino superior apresentavam depois de muitos anos sem investimentos em infraestrutura e na ampliação do quadro funcional. Com a elevação repentina da oferta de vagas, a maioria das Universidades teve que improvisar sua estrutura para atender os novos alunos, haja visto que os recursos só seriam repassados no ano seguinte à adesão. Com isso em mente, procuramos entender quais as consequências desse processo no desenvolvimento institucional da Universidade Federal de Ouro Preto, analisando qualitativamente a eficácia da execução do programa através das informações disponibilizadas publicamente pelas fontes oficiais, ou seja, as informações fornecidas pelas próprias IFES ao MEC e aos órgãos de controle. Para isso, construímos indicadores e razões que demonstrassem o impacto causado pelo processo na UFOP, comparando os anos anteriores com os posteriores e com os dados gerais para o Ensino Superior público no Brasil.

Após a aprovação do Conselho Universitário (CUNI), a UFOP adere ao programa, entregando seu plano de desenvolvimento no mês de dezembro de 2007. Ao longo da sua execução, foram relatadas algumas dificuldades, como o atraso na realização de obras e na efetivação de alguns concursos para professores e TAEs, justificáveis pela ambição das metas estipuladas, que, no entanto, não interromperam a implantação dos novos cursos de graduação e a ampliação das vagas nos cursos já existentes. Tendo como metas a oferta de 1.171 vagas no período noturno a partir de 2010 e 1.313 vagas no período diurno, em 2012, a UFOP tinha superado esses números, alcançando mais que o dobro do número de matrículas totais em relação ao início do programa, cerca de 92% da meta esperada de 12.344 alunos matriculados. Foi criada também a modalidade de graduação à distância, apesar de não abordada no escopo do programa, possuindo cerca de 4,5 mil alunos inscritos em 2012, número hoje em decréscimo.

Para redução da evasão e da ociosidade, ainda que os índices fossem, então, relativamente baixos em comparação com outras universidades, foram estipuladas além da ampliação em 125% das políticas de assistência estudantil, a busca de diagnósticos qualitativos das causas da evasão, desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e revisão das normas acadêmicas, iniciativas que trabalhos futuros poderão avaliar a partir de maiores evidências. As políticas de assistência alcançaram a cobertura de 2.881 alunos, 64% do esperado, e agora contam com uma Pró-Reitoria específica e um orçamento exclusivo destinado pelo PNAES. Também foram estimuladas iniciativas de reestruturação acadêmico-

curricular, revisando a estrutura acadêmica e atualizando os projetos pedagógicos dos cursos, além da implantação de um programa institucional de avaliação dos cursos, ainda em andamento. Para o quadro funcional, a UFOP planejava a contratação de 258 docentes, 174 técnicos de nível intermediário e 31 técnicos de nível superior, meta alcançada para o primeiro grupo (docentes) e ligeiramente superada para o segundo (TAEs). Seria interessante investigar a lotação de tais TAEs para descobrir se atuam nas atividades pertinentes às promessas do REUNI, ou seja, nas atividades-fim da universidade. A proporção de 18 alunos por professor nunca foi alcançada, tanto pela UFOP quanto pela média do ensino superior brasileiro, revelando seu caráter muito ambicioso e talvez pouco realista dadas as características do ensino no Brasil (certamente um assunto para trabalhos posteriores). O maior registro encontrado nos dados da UFOP é de 14 alunos por professor em 2005 (período anterior ao REUNI), no entanto o ápice daquela razão, no fim do programa, chegou a 12,1, superior à média de 10,3 para o Brasil.

O fato das metas do REUNI terem sido atreladas apenas à graduação seriam um indício de erro de direcionamento das políticas públicas. Além disto, corroboraria a tese segundo a qual o desenvolvimento científico nunca foi o foco da educação brasileira e ainda hoje é subjugado nas IES, fato agravado, recentemente (embora escape do escopo desta monografia) pelo contingenciamento dos gastos e pela aprovação da PEC do teto dos gastos públicos não financeiros. No entanto, no caso da UFOP, o aspecto que mais se destacou foi que a instituição soube priorizar a graduação sem descuidar da ampliação da pós-graduação. Antes do REUNI, a UFOP contava com 20 cursos de pós-graduação *stricto sensu*, aumentando este quadro em 2012 para 30 e ampliando o total de cursos de mestrado e doutorado para 43 em 2017. Assim, o programa permitiu que a UFOP desse um salto qualitativo que ultrapassou em muito a expansão dos cursos de graduação.

Após a experiência com o REUNI, as IFES esperavam a oportunidade de repactuação para dar seguimento aos seus processos de expansão, o que não veio a acontecer. Em 2012, como previsto, teve fim o programa REUNI, deixando um saldo considerável na educação superior, a despeito de todas as críticas. Quanto à UFOP, acreditamos que o saldo ainda é maior e ela não é mais a mesma, em especial pela sua mudança de porte, deixando de ser uma universidade especializada em algumas áreas para se tornar uma universidade diversificada e de porte médio. Para conclusões mais acuradas, se fazem necessários estudos mais aprofundados, considerando os alunos de graduação presencial, graduação à distância e pós graduação, e utilizando os índices de avaliação dos cursos disponíveis. É interessante também

comparar a sua expansão com aquela de outras universidades de mesmo porte para avaliar tanto a eficiência na execução do programa, quanto às possibilidades e limitações que desenhou para as universidades.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, D. R. (2012). Trajetória do Ensino Superior no Brasil: uma análise das políticas públicas. IN: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 17, Cartagena, 2012. **Anais**. Cartagena: Escola Superior de Administração Pública.

BORGES, M. C.; AQUINO, O. F. (2012). “Educação Superior no Brasil e as políticas de expansão de vagas do REUNI: avanços e controvérsias.” **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 22, n. 39, jan./abr.

BRASIL (2007a). **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**. Brasília, DF, 24 abr. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acessado em 28 set. 2018.

BRASIL(2007b). **Diretrizes Gerais: REUNI**. Brasília, DF, ago. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesREUNI.pdf>>. Acessado em 8 nov. 2018.

BRASIL(2001). **Lei nº 010172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Brasília, DF, 09 jan. 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>>. Acessado em 29 set. 2018.

CANDIDO, J. L.; BARBOSA, M. de F. N. (2017). “Uma proposta de análise do planejamento estratégico em Instituições Federais de Ensino Superior”. **POLÊMICA**, v. 17, n. 3, p. 93-110. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/31045>>. Acessado em 30 set. 2018.

DE LIMA, L. A. M.; CUNHA, G. R. (2016). “Gestão de custos e performance empresarial: a visão dos gestores de instituições de ensino superior”. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 9, n. 3, p. 21-44.

LÉDA, D. B.; MANCIBO, D.(2009). “REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente”. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 1, p. 49-64, jan/abr. 2009.

LUGÃO, R. G. (2011). **Consequências, Limites e Potencialidades na Implementação do Programa REUNI em IFES de MG: um estudo multicaso**. 2011. 72 f. Dissertação (Mestrado em Administração) Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

LUGÃO, R. G.; ABRANTES, L. A.; BRUNOZI JÚNIOR, A. C. (2015). “Planejamento, Implementação e Avaliação do REUNI: Um Estudo em Universidades Mineiras”. **Revista Estudo & Debate**, v. 22, n. 1, p. 78-96.

MILANESI, I. (1998). “A construção curricular do ensino superior no Brasil numa perspectiva histórico-sociológica da educação: da Colônia à República”. **Revista de Educação**, Campinas, v. 3, n. 5, p. 51-63, nov. 1998.

MIZAEL, G. A. et al. (2013). “Análise do Plano de Desenvolvimento Institucional das Universidades Federais do Consórcio Sul-Sudeste de Minas Gerais”. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, p.1145-1164, set./out. 2013.

ROBERTO, R. F. (2011). “O programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais: o caso REUNI na Universidade Federal de Viçosa. **Revista de Administração Pública e Gestão Social**. Viçosa, v. 3, n. 3, p. 300-323, jul./set. 2011.

SAVIANI, D.(2018). “Política educacional no Brasil após a Ditadura Militar”. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 18, n. 2, p. 291-304.

UFOP. Universidade Federal de Ouro Preto (2010). **Nota Oficial: Implantação do REUNI na Universidade Federal de Ouro Preto**. Ouro Preto, MG, 26 mar. 2010. Disponível em: <<https://ufop.br/noticias/nota-oficial-implantao-do-REUNI-na-universidade-federal-de-ouro-preto>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

UFOP. Universidade Federal de Ouro Preto(2015). **PDI: Plano de Desenvolvimento Institucional Universidade Federal de Ouro Preto | 2016 – 2025**. Ouro Preto, MG, 14 dez. 2015. Disponível em: <http://www.ufop.br/sites/default/files/pdi_ufop_2016_2025.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2018.

UFOP. Universidade Federal de Ouro Preto(2012). **Relatório de Gestão de Exercício de 2012**. Ouro Preto, MG, mar. 2013. Disponível em: <http://www.ufop.br/sites/default/files/relatrio_de_gesto_2012.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2018.

UFOP. Universidade Federal de Ouro Preto(2007). **Resolução CUNI nº 584**. Ouro Preto, MG, 14 dez. 2007. Disponível em: <http://proplad.ufop.br/sites/default/files/resolucao_cuni_854.pdf>. Acessado em 11 nov. 2018.

VERGARA, S. C. (2009). **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 10ª ed., São Paulo: Atlas.

YIN, R. K. (2001). **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre, RS: Bookman.

SITES CONSULTADOS :

<http://dados.gov.br/dataset/graduacao-diplomados>

<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/orcamentos-anuais>

<http://www.orcamentofederal.gov.br/clientes/portalsof/portalsof/orcamentos-anuais>

<http://www.prace.ufop.br/apresentacao/indicadores-e-relatorios>

<https://ufop.br/historia-da-ufop>

<http://www.sedufsm.org.br/?secao=greve>

<https://ifac.ufop.br/>

ANEXOS

ANEXO A

Ano	Razão Matrículas/Docente				Razão Matrículas/TAE				Razão Concluintes/Ingressantes			
	Razão matrículas na graduação presencial/Docente		Razão matrículas totais/Docente		Razão matrículas na graduação presencial/TAE		Razão matrículas totais/TAE		Razão Concluintes/Ingressantes - matrículas na graduação presencial - em %		Razão Concluintes/Ingressantes - matrículas totais - em %	
	UFOP	BRASIL	UFOP	BRASIL	UFOP	BRASIL	UFOP	BRASIL	UFOP	BRASIL	UFOP	BRASIL
1995	6,7	7,2	6,7	7,2	2,5	3,7	2,5	3,7	48,5	58,9	48,5	58,9
1996	7,6	8,1	7,6	8,1	2,9	4,0	2,9	4,0	44,0	59,2	44,0	59,2
1997	8,1	7,6	8,1	7,6	3,2	4,3	3,2	4,3	64,0	57,5	64,0	57,5
1998	8,2	8,4	8,2	8,4	3,5	5,4	3,5	5,4	38,9	57,7	38,9	57,7
2000	8,3	9,6	8,3	9,6	5,1	7,0	5,1	7,0	44,9	50,0	44,9	50,0
2001	8,9	9,7	8,9	9,7	6,0	8,3	6,0	8,3	54,8	54,1	54,8	54,1
2002	9,8	10,4	9,8	10,4	6,6	8,7	6,6	8,7	73,4	58,2	73,4	58,2
2003	9,9	10,9	9,9	10,9	7,0	9,0	7,0	9,0	69,6	70,0	69,6	70,0
2004	9,6	10,6	9,6	10,6	7,2	9,1	7,2	9,1	78,6	71,7	78,6	71,7
2005	14,0	10,2	14,0	10,2	7,4	9,1	7,4	9,1	77,3	68,6	77,3	68,6
2006	13,8	10,2	13,8	10,2	7,5	9,0	7,5	9,0	75,3	58,9	75,3	58,9
2007	12,3	9,7	12,3	9,7	8,0	8,9	8,0	8,9	73,8	58,9	73,8	58,9
2008	8,9	9,7	8,9	9,7	7,6	9,2	7,6	9,2	56,2	51,8	56,2	51,8
2009	10,4	9,7	17,3	10,8	9,5	7,8	15,7	8,7	35,4	41,0	35,4	36,9
2010	11,5	10,0	19,1	11,2	11,1	8,3	18,5	9,3	29,9	34,7	66,8	33,1
2011	11,5	10,3	16,0	11,4	12,3	8,4	17,2	9,4	24,8	34,9	56,9	36,0
2012	11,4	10,3	15,4	11,4	13,1	8,5	17,8	9,4	31,7	32,0	45,7	33,3
2013	12,1	10,3	16,2	11,2	13,7	9,0	18,3	9,8	41,9	36,0	57,3	35,5
2014	11,7	10,2	14,9	11,1	13,8	8,3	17,7	9,1	46,7	38,5	67,5	36,9
2015	11,6	10,2	13,8	10,9	13,4	8,5	15,9	9,1	49,8	38,7	67,9	40,0
2016	11,1	10,1	13,1	10,7	13,9	8,2	16,5	8,7	54,6	41,7	73,3	42,7
2017	10,1	10,1	11,3	10,9	13,8	8,4	15,4	9,1	47,2	43,3	54,3	39,8

ANEXO B

ANO	Funções Docentes na UFOP (1995-1998 apenas docentes em exercício)										
	Total	Em exercício	Grau de Formação					Regime de Trabalho			
			Graduação	Especializ.	Mestrado	Doutorado	Total	Tempo Integral	Tempo Parcial	Horista	Total
1995	329	258	37	55	100	66	258	242	16	0	258
1996	310	236	32	51	81	72	236	222	14	0	236
1997	305	300	29	42	129	100	300	285	15	0	300
1998	322	315	25	40	135	115	315	305	10	0	315
2000	429	380	71	35	140	183	429	356	73	0	429
2001	457	409	76	36	142	203	457	443	14	0	457
2002	457	410	67	33	138	219	457	443	14	0	457
2003	464	433	71	32	133	228	464	333	7	124	464
2004	473	469	70	36	115	252	473	337	7	129	473
2005	344	295	15	14	75	240	344	337	7	0	344
2006	361	338	13	14	74	260	361	354	7	0	361
2007	406	351	12	14	100	280	406	399	7	0	406
2008	551	526	143	13	102	293	551	545	6	0	551
2009	689	666	75	17	208	389	689	660	6	0	666
2010	739	694	98	10	243	388	739	689	5	0	694
2011	827	788	38	20	268	501	827	776	12	0	788
2012	897	853	37	25	286	549	897	844	9	0	853
2013	892	841	19	17	289	567	892	833	8	0	841
2014	940	900	37	14	283	606	940	892	8	0	900
2015	951	864	38	10	278	625	951	856	8	0	864
2016	1001	891	44	16	268	673	1001	881	10	0	891
2017	1078	950	53	23	273	729	1078	941	9	0	950

ANEXO C

ANO	Funções Docentes no Brasil											
	Total	Em exercício	Grau de Formação						Regime de Trabalho			
			Sem Graduação	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	Total	Tempo Integral	Tempo Parcial	Horista	Total
1995	51252	44486	67	8875	10220	15272	10052	44486	35819	8667		44486
1996	47921	42110	63	8313	8800	14802	10132	42110	35891	6219		42110
1997	52217	50059	279	10351	10278	17244	11907	50059	43221	6838		50059
1998	48622	45611	22	7745	8303	16371	13170	45611	38709	6481	421	45611
2000	50165	43739	17	7879	8201	17321	16747	50165	42599	7566		50165
2001	51765	45058	82	8047	8220	17213	18203	51765	43494	8271		51765
2002	51020	45907	-	7739	7191	16431	19659	51020	42889	7435	696	51020
2003	52106	47709	-	8332	6222	16225	21327	52106	43270	7388	1448	52106
2004	54439	50337	17	9252	6482	15825	22863	54439	44837	8618	984	54439
2005	56565	52943	13	9528	6601	15913	24510	56565	47649	8697	219	56565
2006	58078	54560	4	8229	6387	16336	27122	58078	48580	7482	2016	58078
2007	63302	59156	14	9198	6195	17440	30455	63302	53413	8500	1389	63302
2008	66122	61783	56	9012	6662	18000	32392	66122	56758	8561	803	66122
2009	77574	72228	53	11748	6145	20344	39284	77574	63215	7985	1028	72228
2010	83443	78608	255	7590	6237	24069	45292	83443	70481	7416	711	78608
2011	90388	84408	12	7535	6567	26484	49790	90388	77003	6861	544	84408
2012	95615	90416	84	6436	7215	27916	53964	95615	82282	7204	930	90416
2013	101376	95194	6	6188	7215	29518	58449	101376	86805	7179	1210	95194
2014	106631	101768	2	5573	7052	30251	63753	106631	93451	7591	726	101768
2015	111086	105558	10	4791	7082	31308	67895	111086	97455	7696	407	105558

2016	116223	110105	3	4256	7326	31620	73018	116223	101837	7960	308	110105
2017	119544	113907	1	3485	7110	31468	77480	119544	105470	8041	396	113907

ANEXO D

TAEs em exercício na UFOP									
Ano	Total	Grau de Formação							Total
		Sem Escol./	1º Grau	2º Grau	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	
1995	887	420	101	235	123	7	1	0	887
1996	816	366	95	248	102	4	1	0	816
1997	775	358	88	230	90	6	2	1	775
1998	757	340	84	229	100	1	3	0	757
2000	699	303	80	212	97	2	5	-	699
2001	683	291	81	211	93	2	5	-	683
2002	675	287	82	209	92	2	3	-	675
2003	654	277	80	200	93	2	2	-	654
2004	635	259	80	165	125	2	4	-	635
2005	648	225	82	184	151	2	4	-	648
2006	663	215	83	204	154	2	5	0	663
2007	624	192	85	184	150	7	6	0	624
2008	639	185	78	201	122	41	10	2	639
2009	760	156	79	243	246	23	11	2	760
2010	763	148	70	231	281	22	9	2	763
2011	772	141	74	249	247	43	15	3	772
2012	779	115	55	201	157	201	43	7	779
2013	789	99	53	216	118	236	55	12	789

2014	793	90	47	186	147	237	74	12	793
2015	823	82	40	184	160	240	100	17	823
2016	798	69	30	154	159	239	128	19	798
2017	786	59	25	137	162	239	139	25	786

ANEXO E

TAEs em exercício no Brasil								
Ano	Total	Grau de Formação						
		Sem Escol./	1º Grau	2º Grau	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
1995	100517	19942	14579	35279	26187	3375	1025	130
1996	98058	18981	13547	35874	24829	3447	1121	259
1997	91042	17414	11861	35083	23066	2691	765	162
1998	75122	14977	10064	28278	18687	676	2235	205
2000	69411	11774	9682	25079	18251	3359	1057	209
2001	60628	10633	8317	21319	16401	2742	972	244
2002	61341	10377	7694	21866	17133	2905	1080	286
2003	62928	9933	7778	22950	18470	2631	914	252
2004	63035	9299	6923	23693	18844	2960	1019	297
2005	63779	8770	6786	24640	18045	3861	1289	388
2006	65581	8090	7064	25561	18709	4254	1463	440
2007	69301	7810	6633	26942	20768	5028	1550	570
2008	69625	6033	7673	27020	19783	6552	1889	675
2009	96786	7284	6100	33474	30582	14845	3406	1095
2010	100683	6052	5968	34036	27479	20938	5208	1002
2011	109994	4454	6477	34248	33080	24870	5832	1033

2012	115751	5049	5520	34686	31100	30621	7541	1234
2013	115615	6041	4301	30245	30358	34373	8769	1528
2014	129894	5663	5573	31778	35124	37277	12016	2463
2015	133939	5902	6204	29709	33368	41863	13966	2927
2016	142823	5737	7171	30385	37764	42615	15944	3207
2017	143454	3494	4600	28761	38078	45998	18582	3941

ANEXO F

Dados da graduação na UFOP											
Ano	Cursos		Ingressos			Concluintes			Matrículas		
	Presencial	Distância	Presencial	Distância	Total	Presencial	Distância	Total	Presencial	Distância	Total
1995	11	-	532	-	532	258	-	258	2210	-	2210
1996	11	-	561	-	561	247	-	247	2358	-	2358
1997	8	-	509	-	509	326	-	326	2459	-	2459
1998	12	-	833	-	833	324	-	324	2641	-	2641
2000	26	-	1002	-	1002	450	-	450	3567	-	3567
2001	25	-	977	-	977	535	-	535	4066	-	4066
2002	27	-	1064	-	1064	781	-	781	4468	-	4468
2003	28	-	1067	-	1067	743	-	743	4577	-	4577
2004	27	-	1070	-	1070	841	-	841	4562	-	4562
2005	29	-	1064	-	1064	822	-	822	4821	-	4821
2006	29	-	1075	-	1075	810	-	810	4986	-	4986
2007	30	-	1148	-	1148	847	-	847	4977	-	4977
2008	36	-	1708	-	1708	960	-	960	4884	-	4884

2009	48	5	2482	1538	4020	879	0	879	7198	4734	11932
2010	53	5	2971	1365	4336	889	1097	1986	8488	5606	14094
2011	46	4	2840	0	2840	705	911	1616	9529	3729	13258
2012	46	4	2967	1745	4712	942	413	1355	10190	3656	13846
2013	46	4	2995	1755	4750	1256	461	1717	10786	3661	14447
2014	46	4	2997	625	3622	1400	622	2022	10978	3074	14052
2015	46	4	3087			1538	558	2096	11037	2040	13077
2016	46	4	3096	776	3872	1689	581	2270	11092	2052	13144
2017	46	4	2939	252	3191	1387	209	1596	10852	1284	12136

ANEXO G

Dados da graduação no Brasil											
Ano	Cursos		Ingressos			Concluintes			Matrículas		
	Presencial	Distância	Presencial	Distância	Total	Presencial	Distância	Total	Presencial	Distância	Total
1995	1536	-	72623	-	72623	42753	-	42753	367531	-	367531
1996	1581	-	78077	-	78077	46187	-	46187	388987	-	388987
1997	1316	-	86387	-	86387	49667	-	49667	395883	-	395883
1998	1338	-	89160	-	89160	51419	-	51419	408640	-	408640
2000	1995	-	117507	-	117507	58726	-	58726	482750	-	482750
2001	2115	-	121211	-	121211	65571	-	65571	502960	-	502960
2002	2316	-	122491	-	122491	71285	-	71285	531634	-	531634
2003	2392	-	120562	-	120562	84341	-	84341	567101	-	567101
2004	2450	-	122899	-	122899	88098	-	88098	574584	-	574584
2005	2449	-	125375	-	125375	86011	-	86011	579587	-	579587

2006	2785	-	141989	-	141989	83686	-	83686	589821	-	589821
2007	3030	-	151640	-	151640	89257	-	89257	615542	-	615542
2008	3235	-	162115	-	162115	84036	-	84036	643101	-	643101
2009	4368	279	223624	30018	253642	91576	1934	93510	752847	86550	839397
2010	5024	302	269216	33143	302359	93442	6503	99945	833934	104722	938656
2011	5357	334	282007	26497	308504	98383	12774	111157	927086	105850	1032936
2012	5653	325	300453	33759	334212	96270	14895	111165	985202	102211	1087413
2013	5655	313	299203	26064	325267	107792	7544	115336	1045507	92344	1137851
2014	5879	298	311536	35455	346991	119988	8096	128084	1083586	96482	1180068
2015	6018	295	322083	14010	336093	124601	9846	134447	1133172	81463	1214635
2016	5938	296	327474	15512	342986	136598	9769	146367	1175650	73674	1249324
2017	6047	306	329560	50976	380536	142770	8606	151376	1204956	101395	1306351

ANEXO H

Indicadores para o Restaurante Universitário da UFOP								
Ano	Refeições R.U.	Discentes matriculados	Refeições R.U. / Discentes matriculados	Discentes com Bolsa Alimentação			Refeições R.U. / Total de Discentes com Bolsa Alimentação	
				Bolsa Integral	Bolsa Parcial	Total	Bolsa Integral	Bolsa Integral + Parcial
2008	592570	4.884	121,33	1248	0	1248	475	475
2009	639617	7198	88,86	1587	0	1587	403	403
2010	790752	8488	93,16	2099	0	2099	377	377
2011	597903	9529	62,75	1147	1194	2341	521	255
2012	559016	10190	54,86	2507	0	2507	223	223
2013	991047	10786	91,88	2666	0	2666	372	372
2014	823299	10978	75,00	1161	1270	2431	709	339
2015	786061	11.037	71,22	1005	1362	2368	782	332
2016	853535	13144	64,94	1077	2221	3298	793	259
2017	972267	12.136	80,11	582	1152	1734	1671	561

ANEXO I

Número de Bolsas da PRACE												
Ano	Permanência			Transporte			Alimentação			BIDA		
	Total	Integrais	Parciais	Total	Integrais	Parciais	Total	Integrais	Parciais	Total	Integrais	Parciais
2008	68	68	0	132	132	0	1248	1248	0	0	0	0
2009	120	120	0	155	155	0	1587	1587	0	0	0	0
2010	320	320	0	303	303	0	2099	2099	0	0	0	0
2011	1388	1388	0	691	691	0	2341	1147	1194	145	145	0
2012	1793	1793	0	753	753	0	2507	2507	0	130	130	0
2013	2996	2996	0	703	703	0	2666	2666	0	30	30	0
2014	2384	1254	1130	461	243	219	2431	1161	1270	28	28	0
2015	2156	904	1252	302	149	152	2368	1005	1362	29	29	0
2016	3205	1058	2147	464	191	273	3298	1077	2221	35	35	0
2017	1837	645	1192	104	42	63	1734	582	1152	33	33	0

ANEXO J

Dados da Prace sobre as moradias								
Ano	Residentes Moradia Institucional				Discentes matriculados	Residentes Moradia Institucional / Discentes matriculados	Republicas Federais de Ouro Preto / Discentes matriculados	Residentes Alojamento / Aptos. / Discentes matriculados
	Republicas Federais de Ouro Preto	Alojamento / Aptos.	Bolsas JM	Total				
2008	836*	64	0	900	4.884	0,18	0,17	0,01
2009	662	138	0	800	7198	0,11	0,09	0,02
2010	701	142	0	843	8488	0,10	0,08	0,02
2011	637	142	0	779	9529	0,08	0,07	0,01
2012	644	122	0	766	10190	0,08	0,06	0,01
2013	603	237	300	1140	10786	0,11	0,06	0,02
2014	575	237	112	924	10978	0,08	0,05	0,02
2015	552	220	91	863	11.037	0,08	0,05	0,02
2016	568	298	91	957	11.092	0,09	0,05	0,03

2017	501	348	55	904	10.852	0,08	0,05	0,03
-------------	-----	-----	----	-----	--------	------	------	------

ANEXO K

Fator de correção - preços de 11/2018 pelo IPCA (IBGE)	
Mês/ano	Índice
12/2000	3,0431772
12/2001	2,827993
12/2002	2,5492984
12/2003	2,2962938
12/2004	2,1413076
12/2005	2,015988
12/2006	1,9569166
12/2007	1,8782601
12/2008	1,7654794
12/2009	1,6940174
12/2010	1,6036451
12/2011	1,5037809
12/2012	1,424925
12/2013	1,3471361
12/2014	1,2642584
12/2015	1,144372
12/2016	1,0696319
12/2017	1,0404589

ANEXO L

Indicadores de gasto deflacionado por aluno em reais, considerando apenas a graduação presencial										
Ano	LOA					Executado				
	UFOP				IFES	UFOP				IFES
	Pessoal	ODC	Investimento	Total	Total	Pessoal	ODC	Investimento	Total	Total
2000	30.378,53	4.353,77	186,67	34.921,52	56.257,44	-	-	-	-	-
2001	27.875,35	3.800,34	341,69	32.017,38	51.389,55	-	-	-	-	-
2002	24.764,67	3.352,07	197,44	28.314,18	46.032,34	27.831,26	3.275,11	240,41	31.346,78	51.279,88
2003 (Empenhado)	25.566,76	2.895,85	366,24	28.828,86	45.122,42	26.776,32	3.226,09	363,65	30.366,05	47.157,39
2004	27.679,27	3.289,89	217,16	31.186,32	42.994,75	31.570,23	3.572,39	173,76	35.316,38	48.726,01
2005	27.797,52	4.649,05	643,98	33.090,55	49.207,23	26.843,51	4.575,32	641,51	32.060,34	47.027,59
2006	29.222,46	4.982,09	945,44	35.150,00	50.651,96	31.882,85	5.109,71	1.085,38	38.077,95	56.434,37
2007	32.763,66	5.564,84	1.102,10	39.430,60	56.032,09	32.283,06	6.717,50	978,73	39.979,29	57.089,25
2008	31.760,71	7.996,37	2.306,26	42.063,34	54.405,41	36.238,26	7.329,58	2.471,22	46.039,06	59.684,91
2009	22.825,70	5.905,40	2.743,82	31.474,93	48.849,63	29.715,73	6.138,72	3.001,83	38.856,28	54.927,74
2010	22.017,27	6.809,76	3.835,04	32.662,06	56.961,33	29.566,53	7.801,57	3.835,04	41.203,14	64.869,84
2011	20.856,99	8.360,34	4.999,77	34.217,10	58.189,15	27.734,66	8.432,02	4.999,77	41.166,45	63.946,19
2012	24.182,46	7.821,24	2.218,51	34.222,21	60.570,09	26.367,25	7.854,54	2.012,73	36.234,52	63.118,45
2013	22.737,90	7.992,16	1.855,05	32.585,11	59.422,07	27.215,61	8.357,59	1.378,27	36.951,47	67.299,44
2014	25.505,22	8.130,98	1.947,01	35.583,21	65.301,62	29.150,60	7.931,76	1.957,72	39.040,07	67.841,22
2015	26.912,88	7.815,18	2.325,99	37.054,05	64.088,95	28.468,34	7.657,79	1.132,24	37.258,38	66.919,85
2016	26.094,81	7.682,71	1.199,47	34.976,99	60.245,73	28.383,95	7.986,13	709,88	37.079,96	64.674,68
2017	30.285,24	7.480,12	610,66	38.376,03	63.223,08	-	-	-	-	-
2018	30.195,36	6.993,52	423,66	37.612,53	-	-	-	-	-	-

ANEXO M

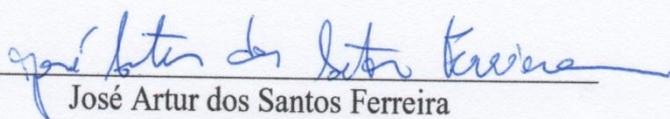
Indicadores de gasto deflacionado por aluno em reais, considerando apenas a graduação presencial e à distância

Ano	LOA	Executado
-----	-----	-----------

	UFOP				IFES	UFOP				IFES
	Pessoal	ODC	Investimento	Total	Total	Pessoal	ODC	Investimento	Total	Total
2000	30.378,53	4.353,77	186,67	34.921,52	66.460,16	-	-	-	-	-
2001	27.875,35	3.800,34	341,69	32.017,38	53.540,94	-	-	-	-	-
2002	24.764,67	3.352,07	197,44	28.314,18	48.656,67	27.831,26	3.275,11	240,41	31.346,78	54.203,37
2003 (Empenhado)	25.566,76	2.895,85	366,24	28.828,86	48.132,68	26.776,32	3.226,09	363,65	30.366,05	50.303,41
2004	27.679,27	3.289,89	217,16	31.186,32	43.562,07	31.570,23	3.572,39	173,76	35.316,38	49.368,96
2005	27.797,52	4.649,05	643,98	33.090,55	49.635,69	26.843,51	4.575,32	641,51	32.060,34	47.437,06
2006	29.222,46	4.982,09	945,44	35.150,00	51.546,35	31.882,85	5.109,71	1.085,38	38.077,95	57.430,85
2007	32.763,66	5.564,84	1.102,10	39.430,60	58.475,55	32.283,06	6.717,50	978,73	39.979,29	59.578,80
2008	31.760,71	7.996,37	2.306,26	42.063,34	56.841,24	36.238,26	7.329,58	2.471,22	46.039,06	62.357,12
2009	13.769,64	3.562,44	1.655,22	18.987,31	57.185,88	17.926,07	3.703,19	1.810,86	23.440,12	64.301,23
2010	13.259,73	4.101,12	2.309,62	19.670,47	56.590,61	17.806,21	4.698,43	2.309,62	24.814,27	64.447,65
2011	14.990,67	6.008,88	3.593,52	24.593,06	57.471,91	19.933,89	6.060,39	3.593,52	29.587,80	63.157,98
2012	17.797,15	5.756,06	1.632,72	25.185,93	57.771,03	19.405,05	5.780,57	1.481,27	26.666,89	60.201,62
2013	16.975,91	5.966,88	1.384,96	24.327,75	57.132,10	20.318,93	6.239,70	1.029,00	27.587,64	64.705,90
2014	19.925,72	6.352,25	1.521,09	27.799,06	62.187,34	22.773,64	6.196,61	1.529,45	30.499,70	64.605,82
2015	22.714,50	6.596,02	1.963,14	31.273,65	61.542,05	24.027,31	6.463,18	955,61	31.446,10	64.260,45
2016	22.020,97	6.483,31	1.012,22	29.516,49	58.312,08	23.952,73	6.739,36	599,05	31.291,15	62.598,87

2017	27.081,03	6.688,72	546,05	34.315,81	60.977,80	-	-	-	-	-
2018	28.041,43	6.494,65	393,44	34.929,51	-	-	-	-	-	-

Certifico que o aluno Eliezer de Oliveira Alves Junior, autor do trabalho de conclusão de curso intitulado “O Reuni e a ampliação recente do ensino superior público: elementos sobre o caso UFOP”, efetuou as correções sugeridas pela banca examinadora e que estou de acordo com a versão final do trabalho.



José Artur dos Santos Ferreira
Orientador